



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

**“PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PERTENCENTES A MICRORREGIÃO 022 – TOLEDO”**

**OBJETO:** Contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de uniformes, bandeiras, figurinos, fardamentos, tecidos, cortinas, cobertores e aviamentos, conforme quantidades e condições mínimas relacionadas no Termo de Referência anexo ao Edital.

**PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 07h50min do dia 03/04/2025 até as 07h50min do dia 29/04/2025.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** as 07h55min do dia 29/04/2025.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** as 08h00min do dia 29/04/2025.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário De Brasília (DF).

**LOCAL:** PORTAL BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL <https://bllcompras.com/>

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 780.871,50 (setecentos e oitenta mil oitocentos e setenta e um mil reais e cinquenta centavos).

**EDITAL:** O edital estará disponível aos interessados para download no site do município: <https://patobragado.atende.net/> na aba “Mural de Licitações”, bem como junto ao Portal BLL onde ocorrerá a sessão pública no site <https://bllcompras.com/>

Pato Bragado – PR, aos 02 dias do mês de abril de 2025.

**JOHN JEFERSON WEBER NODARI**

Prefeito do Município



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2025.

**“PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PERTENCENTES A MICRORREGIÃO 022 – TOLEDO”**

**CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PATO BRAGADO – PR.**

**SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.**

### 1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que o Município de Pato Bragado – PR, por meio do Departamento de Licitações, sito na Avenida Willy Barth, nº 2885, Centro, Pato Bragado - PR, realizará licitação, para fins de Registro de Preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, regulamentada pelos Decretos Municipais nº 028, 035, 056, 057, 154, 282, 283 e 284 de 2023 e 026 e 027 de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 07h50min do dia 03/04/2025 até as 07h50min do dia 29/04/2025.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** as 07h55min do dia 29/04/2025.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** as 08h00min do dia 29/04/2025.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário De Brasília (DF).

**LOCAL: PORTAL BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL** <https://blcompras.com/>

### 2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de uniformes, bandeiras, figurinos, fardamentos, tecidos, cortinas, cobertores e aviamentos, conforme quantidades e condições mínimas relacionadas no Termo de Referência anexo ao Edital.

2.2. A competição se dará por **Menor Preço por Item**, sendo que o licitante deverá formular sua proposta respeitando os valores máximos fixados no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta, quando, após sessão de lance e negociação direta do pregoeiro a proposta ainda for superior ao máximo estabelecido no edital.

2.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal <https://blcompras.com/> e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes no edital.

2.4. O teto máximo global estimado desta licitação é de R\$ 780.871,50 (setecentos e oitenta mil oitocentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).

2.5. Para fazer face às despesas previstas nesta Licitação, serão utilizados recursos orçamentários previstos na seguinte Dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade	Funcional	Ação	Elemento - Código	Elemento - Descrição	Vínculo
21	2	1	0004.0122.1050	2002	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
65	2	4	0004.0122.1050	2005	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
116	2	5	0004.0123.1050	2009	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

168	2	6	0004.0121.1050	2010	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
209	2	7	0012.0361.1150	2012	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
236	2	7	0012.0361.1150	2013	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
328	2	7	0012.0365.1150	2017	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
358	2	8	0013.0392.1200	2022	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
398	2	9	0027.0812.1250	2024	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
438	2	10	0015.0452.1350	2026	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
569	2	11	0008.0244.1450	2049	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
618	2	12	0020.0606.1500	2057	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
654	2	13	0022.0661.1550	2061	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
726	2	14	0010.0301.1400	2034	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
973	2	18	0008.0241.1450	2050	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505

### 3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, em campo próprio do sistema.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta Licitação **exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas na MICRORREGIÃO 022 – TOLEDO** cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação, que estejam regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

5.2. Neste Instrumento Convocatório será aplicado o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito regional, em conformidade às



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147 de 07 de agosto de 2014 e Decreto Municipal 238/2022, com alterações introduzidas pelos Decretos 242/2023, 245/2023 e 054/2024.

**5.3.** Âmbito regional refere-se às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas na **Microrregião de Toledo** – que é uma das microrregiões do estado brasileiro do Paraná pertencente à **Mesorregião Oeste Paranaense**, mais especificamente a **Microrregião 022, segundo parâmetros do IBGE**, compreendendo os Municípios de Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi. Esta restrição é baseada na Política Pública “Compras Pato Bragado”, criada, com base na Lei Complementar nº 123/2006 e Prejulgado nº 27 do TCE/PR (Acórdão nº 2122/2019), pela Lei Complementar Municipal nº 059/2015 e instituída pelo Decreto Municipal nº 238/2022 (alterado pelos Decretos nº 242/2023, 245/2023 e 054/2024), prevendo que haverá restrição à licitantes ME e EPP sediadas na região quando houver ao menos 03 (três) fornecedores que possuam ramo de atividade compatível com o objeto da aquisição, o que foi verificado na fase preparatória.

**5.4.** Os interessados devem se cadastrar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal Bolsa de licitações do Brasil – BLL <https://bllcompras.com/>.

**5.5.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**5.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**5.7.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**5.8.** Não poderão disputar esta licitação:

**5.8.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**5.8.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**5.8.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**5.8.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**5.8.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**5.8.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 5.8.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.8.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.8.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 5.8.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.8.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.9.** O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6.2 e 5.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 5.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.12.** O disposto nos itens 5.6.2 e 5.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 5.13.** A vedação de que trata o item 5.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 6.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá informar, em campo próprio do sistema eletrônico, o seu enquadramento, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.3.1.** Caso o campo não for assinalado, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.4.** A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 6.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.8.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.8.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. valor unitário e total do item;
- 7.2.1. Marca; Caso a **MARCA** do item ofertado remeta-se ao nome da empresa ela deverá ser preenchida com os dizeres "**MARCA PRÓPRIA**".
- 7.1.2. Fabricante;
- 7.1.3. Quantidade.
- 7.1.4. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 7.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.4. Além do preenchimento da proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá também anexar juntamente com os documentos de habilitação a proposta escrita.
- 7.5. A Proposta de Preços escrita deverá ser apresentada preferencialmente conforme modelo anexo obedecendo às seguintes condições:
- 7.5.1. Deve conter nome, endereço, CNPJ do licitante, assim como, preferencialmente, endereço completo, telefone endereço eletrônico, se houver, para contato;
- 7.5.2. Deve conter identificação do número do Pregão; e
- 7.5.3. Deve ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador na sua última página e rubricada nas demais páginas.
- 7.6. A Proposta de Preços deverá conter:
- 7.6.1. Descrição individualizada e precisa do objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas neste Edital e em seus Anexos;
- 7.6.2. Indicação dos valores, com no máximo 02 (duas) casas decimais;
- 7.6.3. Indicação do preço unitário e total do item e global da proposta, bem como a **MARCA** dos produtos.
- 7.6.4. Data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa;



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 7.6.5.** Indicação do prazo de validade das propostas de preços apresentadas, que será de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão. Caso o proponente não informe o prazo de validade da proposta será automaticamente considerado o prazo de 60 (sessenta) dias;
- 7.7.** Com a apresentação de proposta de preços fica entendido que a proponente, sob sua responsabilidade, tomou conhecimento sobre todas as condições para o fornecimento.
- 7.8.** A apresentação da Proposta de Preços pelo licitante implica na aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e no Termo de Referência.
- 7.9.** O Pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
- 7.10.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.11.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.12.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.13.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 7.14.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.15.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.16.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.17.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.18.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 7.19.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no item 1.1 deste Edital.
- 8.2.** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada a comunicação por telefone ou qualquer outro meio.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.4.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**.
- 8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.10. O licitante poderá solicitar ao pregoeiro a exclusão do último lance ofertado, após o registro no sistema, na hipótese de lance ser inconsistente ou inexecuível.
- 8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 8.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.18.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.18.1.** Havendo eventual empate entre propostas (não seguidas de lances), o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 8.18.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.18.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.18.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.18.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.18.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.18.2.2.** empresas brasileiras;
- 8.18.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.18.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.19.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.19.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.19.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.19.3.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado, quando necessário, que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.19.4.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.20.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8.21.** Qualquer lance realizado após o encerramento da fase de lances, salvo aqueles solicitados pelo Pregoeiro/Agente de Contratação para ajuste na plataforma, será CANCELADO.
- 8.22.** Caso o melhor preço válido tenha sido apresentado por empresa não estabelecida no Município de Pato Bragado e tendo proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada no Município de Pato Bragado, o objeto será adjudicado em favor desta pelo valor apresentado por ela, desde que não ultrapasse o limite de 10% previsto, situação em que se dará preferência a licitante local, conforme disposição do Art. 8º do Decreto Municipal n.º 238/2022, com alterações introduzidas pelos Decretos 242/2025, 245/2025 e 054/2025. (Aplicável em todos os lotes com valores até R\$ 80.000,00)

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

- 9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

- a) Se possui cadastro no SICAF;
- b) Se o licitante possui idoneidade para contratar com a Administração Pública, por meio de consulta no seguinte endereço eletrônico:

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>.

**9.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**9.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN DREI Nº 77, De 18 de Março de 2020, Art. 29, Caput)

**9.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN DREI Nº 77, De 18 de Março de 2020, art. 29, §1º)

**9.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN DREI Nº 77, De 18 de Março de 2020, art. 29, §2º).

**9.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**9.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6.3 deste edital.

**9.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 283/2025.

**9.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**9.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**9.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**9.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**9.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**9.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**9.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**9.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**9.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.9.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**9.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**9.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

**9.9.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**9.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**9.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**9.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.11.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**9.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**9.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**9.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**10.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência (ANEXO I), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**10.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados em campo próprio do sistema da BLL e estar plenamente legíveis, com boa resolução, fácil leitura e preferencialmente coloridos. Caso seja verificada alguma inconsistência e havendo necessidade, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor novo documento com autenticação em cartório. O pregoeiro ou sua equipe de apoio poderá fazer diligência para a verificação e constatação da autenticidade de documentos.

**10.3.** A Habilitação Jurídica bem como a Regularidade Fiscal e Trabalhista poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos. Assim sendo, todas as proponentes deverão apresentar o



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Certificado de Registro Cadastral - CRC, demonstrando sua regularidade. Os documentos que não estiverem contemplados no SICAF deverão ser anexados em campo próprio da plataforma BLL.

**10.3.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**10.3.2.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e Plataforma BLL, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, podendo o pregoeiro abrir diligência para sua correção.

**10.3.3.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.3.4.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

## **10.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**10.4.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.4.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

**10.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.4.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**10.4.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**10.4.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**10.4.8.** Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

**10.4.9.** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão de CNPJ);

**10.4.10.** Cédula de Identidade e CPF de todos os sócios administradores da empresa;

## **10.5. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**10.5.1. Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal** mediante apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa relacionada a Débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e com abrangência as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da lei 8.212/9;

**10.5.2. Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual**, da sede da empresa, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Estaduais;



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**10.5.3. Comprovante de regularidade para com a fazenda municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Municipais;

**10.5.4.** Comprovante de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF;

**10.5.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou positiva com efeitos de negativa (em conformidade com a Lei 12.440 de 7 de julho de 2013.);

## **10.6. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**10.6.1.** Certidão negativa de falência ou concordata (Recuperação Judicial) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (não será aceita negativa com data de emissão superior a 90 (noventa) dias;

**10.6.1.1.** As empresas em recuperação judicial devem apresentar junto a Certidão o Plano de Recuperação Homologado.

## **10.7. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - DECLARAÇÕES**

**10.7.1.** Declaração Conjunta, conforme modelo anexo;

**10.7.2.** Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), quando se enquadrar e para ter os benefícios previstos em Lei e no Edital, conforme modelo anexo;

**10.7.3.** Declaração de Informações, conforme modelo anexo;

**10.8.** O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**10.9.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto Municipal nº 034/2025:

**10.9.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**10.9.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**10.10.** No caso de verificação de irregularidades na documentação exigida para habilitação da licitante ou da não apresentação de alguma delas, o Pregoeiro deverá:

**10.10.1.** Abrir diligência junto a proponente melhor classificada, para que esta corrija a irregularidade e/ou apresente o documento ausente. O pregoeiro realizará a juntada do documento ao processo em razão da seleção da proposta mais vantajosa, desde que o documento apresente condição regular preexistente, ou seja, que estava regular no momento anterior ao início da sessão pública;

**10.10.2.** O prazo para este tipo de diligência é de 30 (trinta) minutos, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pelo licitante;

**10.10.3.** O documento deverá ser anexado junto a plataforma BLL, na aba documentos complementares;

**10.10.4.** O Pregoeiro realizara a inabilitação do licitante que não cumprir com a diligência solicitada, dentro do prazo proposto;

**10.10.5.** A forma de condução apresentada no item 10.10 e posteriores, baseia-se no interesse público, na busca da proposta mais vantajosa, Princípios da Economicidade, Razoabilidade e Formalismo Moderado, bem como acórdãos 1211/2021 e 2673/2021 do Pleno do Tribunal de Contas da União – TCU.

**10.11.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**10.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**10.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das licitantes será analisada após o julgamento das propostas.

**10.15.** Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização na forma do Art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/2006.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** A licitante que não houver se credenciado ao SICAF até a sessão pública deverá apresentar, ao menos, pedido de credenciamento para assinatura da ata de registro de preços.

**11.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**11.4.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura, preferencialmente, digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**11.5.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.6.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.7.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.8.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**12.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**12.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**12.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**12.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**12.3.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**12.4.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**12.5.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**12.6.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**12.7.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**12.8.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**12.8.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**12.8.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

**13.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**13.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**13.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, desta forma o Pregoeiro abrirá prazo de 15 (quinze) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

**13.3.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**13.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**13.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://patobragado.atende.net/> e <https://bllcompras.com/>.

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**14.11.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**14.11.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**14.11.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**14.11.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**14.11.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**14.11.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 14.11.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.11.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.11.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.11.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.11.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.11.5. fraudar a licitação
- 14.11.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 14.11.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 14.11.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 14.11.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.11.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.11.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.12. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 14.12.1. advertência;
  - 14.12.2. multa;
  - 14.12.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 14.12.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.13. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 14.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 14.13.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 14.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 14.13.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 14.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.14. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 14.14.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.11.2 e 14.11.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 14.14.2. Para as infrações previstas nos itens 14.11.4, 14.11.5, 14.11.6, 14.11.7 e 14.11.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.15. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.16. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.17. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.11.1, 14.11.2 e 14.11.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**14.18.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.11.4, 14.11.5, 14.11.6, 14.11.7 e 14.11.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.11.1, 14.11.2 e 14.11.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**14.19.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.11.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º do Decreto Municipal nº 034/2022.

**14.20.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.21.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.22.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**14.23.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.24.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**15.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**15.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**15.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**15.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**15.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**15.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico <https://patobragado.atende.net/> e Portal BLL <https://bllcompras.com/>.

**15.11.** O suporte ao licitante será realizado exclusivamente por meio da plataforma BLL e seus canais oficiais, sendo proibida qualquer tentativa de contato direto com o Pregoeiro(a), seja por e-mail, telefone, presencialmente, ou qualquer outra forma que não por meio da plataforma.

**15.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**15.12.1.** ANEXO 1 - Termo de Referência

**15.12.2.** ANEXO 2 – Declaração Conjunta

**15.12.3.** ANEXO 3 – Declaração de ME/EPP

**15.12.4.** ANEXO 4 – Declaração de Informações

**15.12.5.** ANEXO 5 – Proposta de Preços

**15.12.6.** ANEXO 6 – Minuta da Ata de Registro de Preços

**15.12.7.** ANEXO 7 – Minuta de Termo de Contrato

**15.12.8.** ANEXO 8 – Estudo Técnico Preliminar (disponível em documento apartado)

## 16. FORO

**16.1.** As questões decorrentes da execução deste Pregão que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon - PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pato Bragado – PR, aos 02 dias do mês de abril de 2025.

**JOHN JEFERSON WEBER NODARI**

**Prefeito do Município**



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## ANEXO 1

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Futura e eventual aquisição de Uniformes, bandeiras, figurinos, fardamentos, tecidos, cortinas, cobertores e aviamentos através da modalidade pregão eletrônico, critério de seleção: menor preço por item e natureza da licitação: formalização de ata (s) de registros de preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	QUANT.	PRODUTO - DESCRIÇÃO	UNID.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	1	600	POLO FEMININA MANGA CURTA PERSONALIZADA: NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA E MANGAS, ABERTURA FRONTAL COM TRÊS BOTÕES, NO LADO ESQUERDO DO PEITO CONTENDO BORDADO COM FORRO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA PIQUET STRETCH PA COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 54% DE ALGODÃO, 44% DE POLIÉSTER, 2% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 180G/M2. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	48,77	29262,00
2	1	230	POLO MASCULINA MANGA CURTA PERSONALIZADA: NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA E MANGAS, ABERTURA FRONTAL COM NO MÍNIMO TRÊS BOTÕES, NO LADO ESQUERDO DO PEITO CONTENDO BORDADO COM FORRO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA PIQUET STRETCH PA COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 54% DE ALGODÃO, 44% DE POLIÉSTER, 2% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 180G/M2. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	48,20	11086,00
3	1	65	POLO FEMININA MANGA LONGA PERSONALIZADA: NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA E PUNHOS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SUBLIMAÇÃO CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA	UNIDADE	68,94	4481,10



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			EM TECIDO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 92% POLIÉSTER, 8% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM PROTEÇÃO UV ENTRE 30 A 50 FPU. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.			
4	1	65	POLO MASCULINA MANGA LONGA PERSONALIZADA: NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA E PUNHOS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SUBLIMAÇÃO CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM TECIDO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 92% POLIÉSTER, 8% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM PROTEÇÃO UV ENTRE 30 A 50 FPU. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	72,07	4684,55
5	1	20	POLO MASCULINA GRAFITE MANGA CURTA PERSONALIZADA: COR CINZA GRAFITE, COM DETALHES EM AZUL MARINHO NA GOLA E MANGAS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM MALHA PV COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 33% VISCOSE, 67% POLIÉSTER E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM TRATAMENTO ANTI PIILING. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	51,13	1022,60
6	1	20	POLO MASCULINA GRAFITE MANGA LONGA PERSONALIZADA: COR CINZA GRAFITE, COM DETALHES EM AZUL MARINHO NA GOLA E PUNHOS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM MALHA PV COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 33% VISCOSE, 67% POLIÉSTER E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM TRATAMENTO ANTI PIILING. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	70,00	1400,00



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

7	1	60	POLO REFLETIVA MANGA CURTA PERSONALIZADA: COR CINZA GRAFITE, COM DETALHES EM AZUL MARINHO NA GOLA E MANGAS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. COM FAIXA REFLETIVA NO ABDOME COM ATÉ 5CM DE LARGURA. CONFECCIONADA EM MALHA PV COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 33% VISCOSE, 67% POLIÉSTER E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM TRATAMENTO ANTI PIILING. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	55,52	3331,20
8	1	170	PRODUTO: POLO REFLETIVA MANGA LONGA PERSONALIZADA: COR CINZA GRAFITE, COM DETALHES EM AZUL MARINHO NA GOLA E PUNHOS, NO LADO ESQUERDO DO PEITO COM SUBLIMAÇÃO CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. COM FAIXA REFLETIVA NO ABDOME COM ATÉ 5CM DE LARGURA. CONFECCIONADA EM TECIDO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 92% POLIÉSTER, 8% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM PROTEÇÃO UV ENTRE 30 A 50 FPU. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVAS ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	63,07	10721,90
9	1	40	JALECO MANGA LONGA PERSONALIZADO: NA COR BRANCA, COM OU SEM GOLA, COM MANGAS LONGAS, COM PUNHO EM MALHA DA MESMA COR, FECHAMENTO FRONTAL POR BOTÕES, COM DOIS BOLSOS GRANDES NA PARTE FRONTAL INFERIOR, COMPRIMENTO MÁXIMO ATÉ MEIA COXA, COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM NO LADO ESQUERDO DO PEITO. CONFECCIONADO EM TECIDO DE APROXIMADAMENTE 98% POLIÉSTER, 2% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 130G/M2. CONFECCIONADO COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	146,01	5840,40



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

10	1	200	JALECO MANGA CURTA PERSONALIZADO: NA COR BRANCA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NOS BOLSOS, SEM GOLA, COM FECHAMENTO FRONTAL POR BOTÕES, COM DOIS BOLSOS GRANDES NA PARTE FRONTAL INFERIOR, COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM NO LADO ESQUERDO DO PEITO. CONFECCIONADO EM TECIDO DE APROXIMADAMENTE 98% POLIÉSTER, 2% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 130G/M2. CONFECCIONADO COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	108,52	21704,00
11	1	6	JALECO GRAFITE PERSONALIZADO: NA COR GRAFITE, COM MANGAS LONGAS, COM PUNHO EM MALHA DA MESMA COR, FECHAMENTO FRONTAL POR BOTÕES, COM DOIS BOLSOS GRANDES NA PARTE FRONTAL INFERIOR, COMPRIMENTO MÁXIMO ATÉ MEIA COXA, COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM NO LADO ESQUERDO DO PEITO. CONFECCIONADO EM TECIDO DE APROXIMADAMENTE 80% ALGODÃO, 16% POLIÉSTER, 02% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 250G/M2. CONFECCIONADO COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	153,56	921,36
12	1	170	CALÇA JEANS RETA MASCULINA TONALIDADE ESCURA, COM ELASTANO, COM FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÃO; COM PASSANTES PARA CINTA, COM REFORÇO ENTRE AS PERNAS, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS RETOS, DOIS BOLSOS TRASEIROS CONFECCIONADA EM TECIDO : CORPO 98% ALGODAO + 2% ELASTANO - FORRO DE BOLSO 55% ALGODAO + 45% POLIESTER. TAMANHOS À DEFINIR CONFORME PROVA DE AMOSTRA.	UNIDADE	170,32	28954,40
13	1	120	CALÇA JEANS RETA FEMININA NA COR TONALIDADE ESCURA, COM FECHAMENTO FRONTAL POR MEIO DE ZÍPER E BOTÃO; COM PASSANTES PARA CINTA, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS RETOS E DOIS BOLSOS TRASEIROS. CONFECCIONADA EM TECIDO: CORPO 98% ALGODAO + 2% ELASTANO - FORRO DE BOLSO 55% ALGODAO + 45% POLIESTER. TAMANHOS À DEFINIR CONFORME PROVA DE AMOSTRAS.	UNIDADE	114,91	13789,20



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

14	1	30	COLETE COR CAQUI CONFECCIONADO EM TECIDO TIPO RIP STOP COMPOSTO APROXIMADAMENTE DE 33% ALGODÃO E 67%POLIESTER. FRENTE COM FECHAMENTO ATÉ A EXTREMIDADE DA GOLA ATRAVÉS DE ZÍPER. NA PARTE SUPERIOR FRONTAL DOIS BOLSOS CHAPADOS COM LAPELA DE 5CM, COM APLICAÇÃO DE BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. NA PARTE FRONTAL INFERIOR DOIS BOLSOS CARGO GRANDES, COM LAPELA FECHADA POR VELCRO. COM ACABAMENTO TIPO REVEL E FORRO EM TECIDO 100% POLIÉSTER ATÉ METADE DA ALTURA DAS COSTAS E A FRENTE COM FORRO EM RIP STOP COM BOLSO SUPERIOR EMBUTIDO DO LADO DIREITO FECHADO POR ZÍPER. COM APLICAÇÃO DE BORDADO CENTRALIZADO NAS COSTAS CONTENDO OS DIZERES: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS OU VIGILÂNCIA EM SAÚDE OU MÉDICO VETERINÁRIO OU CONSELHO TUTELAR. NOS TAMANHOS DO PP AO G5.	UNIDADE	204,25	6127,50
15	1	120	CAMISETA UNISEX MANGA CURTA: COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA REDONDA E MANGAS, COM SERIGRAFIA CONTENDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM NO LADO ESQUERDO DO PEITO E LADO DIREITO COM A PALAVRA ESTAGIÁRIO. CONFECCIONADA EM MALHA PV COMPOSTA DE APROXIMADAMENTE 33% VISCOSE, 67% POLIÉSTER E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2, COM TRATAMENTO ANTI PIILING. TAMANHOS DO PP AO EXG.	UNIDADE	41,62	4994,40
16	1	130	CAMISA FEMININA PERSONALIZADA: MANGA LONGA, NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA, NO FECHAMENTO FRONTAL E PUNHOS. COM FECHAMENTO FRONTAL FEITO POR BOTÕES AGRUPADOS DE DOIS A DOIS. COM BOLSO NO LADO ESQUERDO DO PEITO CONTENDO BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM TECIDO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 30% ALGODÃO, 68% POLIÉSTER, 02% ELASTANO E GRAMATURA EM	UNIDADE	176,50	22945,00



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			TORNO DE 150G/M2. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.			
17	1	120	CAMISA MASCULINA PERSONALIZADA: MANGA LONGA, NA COR CINZA CLARO MESCLA, COM DETALHES EM AZUL CELESTE NA GOLA, NO FECHAMENTO FRONTAL E PUNHOS. COM FECHAMENTO FRONTAL FEITO POR BOTÕES AGRUPADOS DE DOIS A DOIS. COM BOLSO NO LADO ESQUERDO DO PEITO CONTENDO BORDADO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO NAS DIMENSÕES 6,5X7,5CM. CONFECCIONADA EM TECIDO COMPOSTO DE APROXIMADAMENTE 30% ALGODÃO, 68% POLIÉSTER, 02% ELASTANO E GRAMATURA EM TORNO DE 150G/M2. CONFECCIONADA COM PELO MENOS UMA PROVA ATÉ A ENTREGA.	UNIDADE	172,14	20656,80
18	1	75	CAMISETAS MANGA CURTA PROERD. CAMISETAS CONFECCIONADAS EM MALHA SUBLIMADAS COM LOGO/DESENHOS E IDENTIFICAÇÃO ESCRITA DA ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO E PROERD. COR A DEFINIR. TAMANHOS: 12, 14, 16, P, M E G. COM TECIDO E MODELO A SER APROVADA PELA CONTRATANTE.	UNIDADE	45,51	3413,25
19	1	20	CAMISETA CORO INFANTIL CAMISETA CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY UV 100% POLIESTER COM ELASTANO, EM COR A SER DEFINIDA PELO CONTRATANTE, COM BARRA DUPLA NA MANGA E PARTE INFERIOR DA CAMISETA, GOLA REDONDA COM DETALHE NA COR. BORDADO SUBLIMAÇÃO NA FRENTE E NAS COSTAS (CORAL INFANTO / JUVENIL VOZES DO CORAÇÃO NA FRENTE E NAS COSTAS A BANDEIRA DO MUNICÍPIO) TAMANHOS ENTRE 10 À 16, P, M G ADULTO.	UNIDADE	51,20	1024,00
20	1	30	CAMISETA GRUPO SEM LIMITES, CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY UV 100% POLIÉSTER COM ELASTANO, NA COR VERDE E DETALHES NA COR VERMELHO, COM BARRA DUPLA NA MANGA E PARTE INFERIOR DA CAMISETA, GOLA REDONDA COM DETALHE NA COR VERMELHO NA FRENTE. CONFORME MODELO ANEXO. SUBLIMAÇÃO NA FRENTE E NAS COSTAS (GRUPO DE DANÇAS SEM LIMITES). TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO.	UNIDADE	48,43	1452,90



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			MODELO A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.			
21	1	10	CAMISETA GOLA PÓLO ORQUESTRA, MANGA CURTA MODELO SLIM FIT, COR A SER DEFINIDA PELO CONTRATANTE, COM DETALHES EM CORES DIFERENTES NA BAINHA DAS MANGAS E GOLA. CONFECCIONADA EM MALHA PIQUET COMPOSIÇÃO: 53% ALGODÃO 47% POLIÉSTER, COM BORDADO NA FRENTE (ORQUESTRA DE SOPROS) E NAS COSTAS (BRASÃO/BANDEIRA DO MUNICÍPIO. TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO. COM MODELO A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	UNIDADE	58,14	581,40
22	1	25	CAMISETA GRUPO DE DANÇAS RODA ALEGRE. CAMISETA GOLA POLO MANGA CURTA MODELO SLIM FIT, CONFECCIONADAS SOB MEDIDA COM DETALHES EM CORES DIFERENTES NA BAINHA DUPLA DAS MANGAS E BAINHA DUPLA DO CORPO. CONFECCIONADAS EM MALHA PIQUET COMPOSIÇÃO: MALHA PIQUET INGLÊS 53% ALGODÃO E 47%POLIÉSTER NA COR ROXO E DETALHES AZALEIA. BORDADO NA FRENTE E NAS COSTAS. TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO MODELO A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	UNIDADE	58,34	1458,50
23	1	50	CAMISETA CORAL DA TERCEIRA IDADE. CAMISETA GOLA POLO MANGA CURTA MODELO SLIM FIT, CONFECCIONADAS SOB MEDIDA COM DETALHES EM CORES DIFERENTES NA BAINHA DUPLA DAS MANGAS E BAINHA DUPLA DO CORPO. CONFECCIONADAS EM MALHA PIQUET COMPOSIÇÃO: MALHA PIQUET INGLÊS 53% ALGODÃO E 47%POLIÉSTER NA COR BRANCA E DETALHES AZUL. BORDADO NA FRENTE E NAS COSTAS. TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO MODELO A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.	UNIDADE	59,27	2963,50
24	1	150	CAMISETA CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA, CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA DRY UV 100% POLIÉSTER COM ELASTANO, NA COR AZUL E DETALHES NA COR BRANCA, COM BARRA DUPLA NA MANGA E PARTE INFERIOR DA CAMISETA, GOLA REDONDA COM DETALHE NA COR BRANCA NA FRENTE. SUBLIMAÇÃO NA FRENTE E NAS COSTAS (CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA	UNIDADE	61,27	9190,50



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			IDOSA). TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO. MODELO A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE.			
25	1	40	"CAMISETA GRUPO DE DANÇAS LEBEN SPÜR CAMISETA GOLA POLO MANGA CURTA MODELO SLIM FIT, CONFECCIONADAS SOB MEDIDA COM DETALHES EM CORES DIFERENTES NA BAINHA DUPLA DAS MANGAS E BAINHA DUPLA DO CORPO. MALHA PIQUET COMPOSIÇÃO: MALHA PIQUET INGLÊS 53% ALGODÃO E 47 % POLIÉSTER NA COR MESCLA MARINHO E DETALHES EM VERMELHO. BORDADO NA FRENTE E NAS COSTAS. TAMANHOS P, M, G E GG ADULTO COR E ARTE A SER DEFINIDO PELO CONTRATANTE."	UNIDADE	65,00	2600,00
26	1	10	"UNIFORME MASCULINO PARA FANFARRA MUNICIPAL" (KIT CONTENDO: CALÇA E CAMISA SOCIAL DE MANGA COMPRIDA, SOB MEDIDA); CALÇA SOCIAL NA COR PRETA EM TECIDO MICROFIBRA, COM ZÍPER METÁLICO E BOTÃO COMBINANDO COM O ZÍPER PARA ABOTOAR NA CINTURA, CÓS COM ENTRETELA CONTENDO PASSADORES DE CINTA, COM 4 BOLSOS (2 NA FRENTE E 2 ATRÁS) E BARRA DE 10 CM. CAMISA MANGA LONGA NA COR BRANCA EM TECIDO ELASTON, COM FECHAMENTO EM ZÍPER METÁLICO DESTACÁVEL, COM 2 CARREIRAS DE BOTÕES DOURADOS PARA ENFEITE NAS LATERAIS DO ZÍPER, PUNHO PRETO COM 1 BOTÃO DOURADO, LAPELA DESTACÁVEL NO OMBRO NA COR PRETA COM 2 BOTÕES DOURADOS, GOLA DE PADRE, E O BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NO LADO ESQUERDO DA FRENTE NAS CORES OFICIAIS."	CONJUNTO	377,30	3773,00
27	1	10	"UNIFORME FEMININO PARA FANFARRA MUNICIPAL" (KIT CONTENDO: SAIA E CAMISA SOCIAL DE MANGA COMPRIDA, SOB MEDIDA); SAIA NA COR PRETA, EM TECIDO MICROFIBRA TODA PREGUEADA, CÓS COM ENTRETELA E BOTÃO PARA ABOTOAR NA CINTURA. INCLUINDO MEIA BRANCA COLEGIAL FEMININA 3/4, FIO 80. CAMISA MANGA LONGA NA COR BRANCA EM TECIDO ELASTON, COM FECHAMENTO EM ZÍPER METÁLICO DESTACÁVEL, E A BARRA DA CAMISA NA FRENTE DEVE SER CORTADA EM BICO (CONFORME A IMAGEM), COM DUAS	CONJUNTO	364,20	3642,00



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			CARREIRAS DE BOTÕES DOURADOS PARA ENFEITE NAS LATERAIS DO ZÍPER, PUNHO PRETO COM UM BOTÃO DOURADO, LAPELA DESTACÁVEL NO OMBRO NA COR PRETA COM DOIS BOTÕES DOURADOS, GOLA DE PADRE, E O BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NO LADO ESQUERDO DA FRENTE NAS CORES OFICIAIS."			
28	1	50	CONJUNTO ESPORTIVO PARA FUTSAL MASCULINO ADULTO, COMPOSTO DE: CAMISETA, CONFECCIONADAS EM TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, COM ESTAMPA SUBLIMADA, CUJA ESTAMPA DEVERÁ SER DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: BRASÕES, NÚMERO E NOME DO MUNICÍPIO), SENDO 03 (TRÊS) DELAS PARA GOLEIRO, COM ESTAMPA DIFERENTE DAS DEMAIS; E 10 (DEZ) CONJUNTOS PARA COMISSÃO TÉCNICA SENDO COM ESTAMPAS DIFERENTES DAS DEMAIS. SHORTS TECIDO 96% POLIÉSTER, 4% ELASTANO, 150 GRAMATURA, E COR E/OU ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM NECESSIDADE DA SECRETARIA; COM CÓS CONTENDO ELÁSTICO DE 03 CM DE LARGURA, PRESO COM 04 (QUATRO) COSTURAS, COM CORDÃO INTERNO 100% POLIÉSTER. CAMISETAS E BERMUDAS NOS TAMANHOS P AO EXTRA G. E 01 PAR DE MEIÃO NA COR BRANCA, CUJA COMPOSIÇÃO SEJA PELO MENOS DE 52% POLIAMIDA, 31% ALGODÃO, POLIÉSTER E ELASTANO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PENALTY, NOS TAMANHOS 37 A 42. OBS.: SERÃO 02 (DOIS) CONJUNTOS DE FARDAMENTOS COM 20 UNIDADES EM CADA, SENDO DE CORES/SUBLIMAÇÃO DIFERENTES E 10 UNIDADES PARA COMISSÃO TÉCNICA.	CONJUNTO	151,77	7588,50



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

29	1	63	CONJUNTO ESPORTIVO PARA FUTSAL CATEGORIAS DE BASE, COMPOSTO DE: CAMISETA, CONFECCIONADAS EM TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, COM ESTAMPA SUBLIMADA, CUJA ESTAMPA DEVERÁ SER DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: BRASÕES, NÚMERO E NOME DO MUNICÍPIO), SENDO 03 (TRÊS) DELAS PARA GOLEIRO, COM ESTAMPA DIFERENTE DAS DEMAIS; SHORTS TECIDO 96% POLIÉSTER, 4% ELASTANO, 150 GRAMATURA, E COR E/OU ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM NECESSIDADE DA SECRETARIA; COM CÓS CONTENDO ELÁSTICO DE 03 CM DE LARGURA, PRESO COM 04 (QUATRO) COSTURAS, COM CORDÃO INTERNO 100% POLIÉSTER. CAMISETAS E BERMUDAS NOS TAMANHOS 10 AO M. E 01 PAR DE MEIÃO NA COR BRANCA, CUJA COMPOSIÇÃO SEJA PELO MENOS DE 52% POLIAMIDA, 31% ALGODÃO, POLIÉSTER E ELASTANO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PENALTY, NOS TAMANHOS 34 A 38.	CONJUNTO	147,64	9301,32
30	1	23	CONJUNTO ESPORTIVO PARA VOLEIBOL ADULTO MASCULINO: COMPOSTO DE CAMISETA, TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER E ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: COR, BRASÃO, NÚMERO, NOME DO MUNICÍPIO), SENDO 02 (DUAS) PARA LÍBERO, CONTENDO ESTAMPA DIFERENTE DAS DEMAIS. E 05 (CINCO) DELAS COM ESTAMPA DIFERENTE PARA COMISSÃO TÉCNICA. SHORTS TECIDO 96% POLIÉSTER, 4% ELASTANO, 150 GRAMATURA, E COR E/OU ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM NECESSIDADE DA SECRETARIA; COM CÓS CONTENDO ELÁSTICO DE 03 CM DE LARGURA, PRESO COM 04 (QUATRO) COSTURAS, COM CORDÃO INTERNO 100% POLIÉSTER. E 01 PAR DE MEIÃO NA COR BRANCA, CUJA COMPOSIÇÃO SEJA PELO MENOS DE 52% POLIAMIDA, 31% ALGODÃO, POLIÉSTER E ELASTANO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PENALTY, NOS TAMANHOS DO 37 A 42. CAMISETAS E	CONJUNTO	158,95	3655,85



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			BERMUDAS NOS TAMANHOS P AO XG CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA.			
31	1	18	CONJUNTO ESPORTIVO PARA VOLEIBOL JUVENIL FEMININO: COMPOSTO DE CAMISETA BABYLOOK TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, COM PROTEÇÃO UV FATOR 50 E ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: COR, BRASÃO, NÚMERO, NOME DO MUNICÍPIO), SENDO 02 (DUAS) PARA LÍBERO, CONTENDO ESTAMPA DIFERENTE DAS DEMAIS. SHORTS EM TECIDO SUPLEX NA COR PRETA 80% A 88% POLIAMIDA E 12% A 20% ELASTANO COM GRAMATURA DE 355G A 370G/M2, CÓS PADRÃO DE 5CM, COM ELÁSTICO INTERNO; MEIA BRANCA SOQUETE CANO ALTO ATOALHADA, NUMERO 35 A 40. CAMISETAS E BERMUDAS NOS TAMANHOS PP AO GG, CONFORME NECESSIDADE	CONJUNTO	161,54	2907,72
32	1	18	CONJUNTO ESPORTIVO PARA VOLEIBOL INFANTIL FEMININO: COMPOSTO DE CAMISETA BABYLOOK TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: COR, BRASÃO, NÚMERO, NOME DO MUNICÍPIO), SENDO 02 (DUAS) PARA LÍBERO, CONTENDO ESTAMPA DIFERENTE DAS DEMAIS. SHORTS EM TECIDO SUPLEX NA COR PRETA 80 A 88% POLIAMIDA E 12 A 20% ELASTANO COM GRAMATURA 355G A 370G/M2, CÓS PADRÃO DE 4CM, COM ELÁSTICO INTERNO; MEIA BRANCA SOQUETE CANO ALTO ATOALHADA, NUMERO 28 A 35. CAMISETAS E BERMUDAS NOS TAMANHOS 08, 10, 12,14, 16, P E M, CONFORME NECESSIDADE	CONJUNTO	157,97	2843,46
33	1	40	CONJUNTO ESPORTIVO PARA GINÁSTICA RÍTMICA FEMININO INFANTIL: COMPOSTO DE CAMISETA MODELO "NADADOR" TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, ESTAMPA SUBLIMADA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: COR, BRASÃO, NÚMERO, NOME DO MUNICÍPIO). SHORTS EM TECIDO SUPLEX NA COR PRETA 80 A 88% POLIAMIDA E 12 A 20% ELASTANO COM GRAMATURA 355G A 370G/M2, CÓS PADRÃO	CONJUNTO	144,71	5788,40



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			DE 4CM, COM ELÁSTICO INTERNO; TAMANHO DO 06 AO 14, CONFORME NECESSIDADE.			
34	1	150	CAMISETAS DE TAMANHOS VARIADOS (8, 10, 12, 14 E 16), CAMISETA, CONFECCIONADAS EM TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, COM ESTAMPA SUBLIMADA, CUJA ESTAMPA DEVERÁ SER DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: BRASÕES, NÚMERO E NOME DO MUNICÍPIO).	UNIDADE	37,59	5638,50
35	1	100	CAMISETAS DE TAMANHOS VARIADOS (PP, P, M, E G), CAMISETA, CONFECCIONADAS EM TECIDO HELANCA LIGHT DRY 100% POLIÉSTER, COM ESTAMPA SUBLIMADA, CUJA ESTAMPA DEVERÁ SER DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA SECRETARIA (EX.: BRASÕES, NÚMERO E NOME DO MUNICÍPIO).	UNIDADE	42,64	4264,00
36	1	60	PAR DE MEIÃO CUJA COMPOSIÇÃO SEJA PELO MENOS 52% POLIAMIDA, 31% ALGODÃO, POLIÉSTER E ELASTANO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PENALTY, NOS TAMANHOS 37 A 42. COR A DEFINIR PELA SECRETARIA.	PARES	38,54	2312,40
37	1	10	BANDEIRA OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO DUPLA FACE BORDADA COM PONTO CHEIO APLICADAS EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	267,85	2678,50
38	1	10	BANDEIRA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO DUPLA FACE BORDADA COM PONTO CHEIO APLICADAS EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	256,14	2561,40
39	1	10	BANDEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE PATO BRAGADO-PR, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO DUPLA FACE BORDADA COM PONTO CHEIO APLICADAS EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	401,50	4015,00



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

40	1	5	BANDEIRA OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA TRÊS PANOS (1,35 X 1,93M), MODELO DUPLA FACE BORDADA COM PONTO CHEIO APLICADAS EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	327,86	1639,30
41	1	10	BANDEIRA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA 6 PANOS (2,70 X 3,85M), MODELO SUBLIMAÇÃO DUPLA FACE EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM QUATRO ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS	UNIDADE	1052,13	10521,30
42	1	10	BANDEIRA OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO DUPLA FACE SUBLIMADAS EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	203,20	2032,00
43	1	10	BANDEIRA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, MEDIDA EM DOIS PANOS (0,90 X 1,28M), MODELO SUBLIMAÇÃO DUPLA FACE EM TECIDO SOBRE TECIDO, COM MALHA BLOQUEADA, TARJA/TALHA COM DOIS ILHOSES DE LATÃO E COM COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS.	UNIDADE	191,40	1914,00
44	1	5	ROUPA DE PAPAÍ NOEL INFANTIL NOS TAMANHOS 2 E 3, CONJUNTOS COMPLETOS CONTENDO: CALÇA, CASACO, GORRO E SACO DE PRESENTES EM TECIDO DE CETIM, NA COR VERMELHO VIVO (TOM VIVO/ESCARLATE/CARDEAL). COM DETALHES EM TECIDO PELÚCIA BRANCO DE EXCELENTE QUALIDADE, SENDO NOS PUNHOS, BARRA E GOLA E NO GORRO, PELÚCIA DE PELO ALTO, DE BOA QUALIDADE.	CONJUNTO	162,50	812,50



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

45	1	5	ROUPA DE MAMÃE NOEL NOS TAMANHOS 2 E 3: CONJUNTOS COMPLETOS CONTENDO VESTIDO, GORRO E SACO DE PRESENTES EM TECIDO NA COR VERMELHO VIVO (TOM VIVO/ESCARLATE/CARDEAL). ROUPA COM DETALHES EM TECIDO PELÚCIA BRANCO DE EXCELENTE QUALIDADE E BOTÕES NA COR PRETA. COM PELÚCIA DE BOA QUALIDADE, PELO ALTO, TAMANHOS 2 E 3 - CONFORME RELAÇÃO DE TAMANHOS A SER ENCAMINHADA PELA SOLICITANTE.	CONJUNTO	154,44	772,20
46	1	50	GORRO TOUCA DE NATAL TRADICIONAL PAPAÍ NOEL CHAPÉU CAPUZ INFANTIL. COR PREDOMINANTE: VERMELHO / BRANCO E MATERIAL: 100% POLIÉSTER. DEVE SER DE EXCELENTE QUALIDADE, MATERIAL RESISTENTE, MUITO BEM COSTURADO E ACABADO. TAMANHO INFANTIL.	UNIDADE	29,10	1455,00
47	1	50	GORRO DE PAPAÍ NOEL NA COR PREDOMINANTE: VERMELHO / BRANCO, CONFECCIONADO EM CETIM, DE EXCELENTE QUALIDADE, MATERIAL RESISTENTE, MUITO BEM COSTURADO E ACABADO. TAMANHO JUVENIL.	UNIDADE	48,58	2429,00
48	1	10	"GORRO DE PAPAÍ NOEL GORRO EM CETIM VERMELHO 4% ELASTANO 96% POLIÉSTER, COM DETALHE EM TECIDO DE PELÚCIA BRANCO (BARRA LARGA E POMPOM). TAMANHO: P, M, G E GG A DEFINIR PELA CONTRATANTE.	UNIDADE	54,71	547,10
49	1	4	ROUPA DE MAMÃE NOEL COMPOSTO POR 04 PEÇAS: GORRO, SACO, VESTIDO E CINTO DE MAMÃE NOEL. VESTIDO NA COR VERMELHA, COM GOLA REDONDA E ELÁSTICO NA CINTURA, CONFECCIONADO COM TECIDO CETIM, 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO. DETALHES NA GOLA, PUNHO DA MANGA E BARRA DO VESTIDO EM TECIDO PELÚCIA NA COR BRANCO. CINTO EM COURVIN NA COR PRETA E FIVELA DOURADA. GORRO NO TECIDO CETIM, 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO E DETALHE EM TECIDO DE PELÚCIA BRANCO (POMPOM NA PONTA DO GORRO E UMA BARRA EXTERNA). SACO DO PAPAÍ NOEL, NO TECIDO CETIM VERMELHO 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO DE	CONJUNTO	320,80	1283,20



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			PAPAI NOEL 0,50CM LARGURA X 0,80 CM ALTURA, CORDÃO COM PONTEIRAS"			
50	1	4	ROUPA DE PAPAI NOEL - (PARA DUENDE) COMPOSTO POR 04 PEÇAS: GORRO, CAMISA, BERMUDA E CINTO DE PAPAI COMPOSTO POR CAMISA NA COR VERMELHA, COM GOLA REDONDA COM ABERTURA E DOIS BOTÕES DE PRESSÃO NA PARTE DE TRÁS (PARA FACILITAR O USO), CONFECCIONADO COM TECIDO CETIM, 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO. DETALHES NA GOLA, PUNHO DA MANGA, NA BARRA DA CAMISA E NA FRENTE, EM TECIDO PELÚCIA NA COR BRANCO. BERMUDA NA COR VERMELHA, COM ELÁSTICO NA CINTURA CONFECCIONADO COM TECIDO CETIM, 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO, COM DETALHES NA BARRA DA COXA EM TECIDO PELÚCIA BRANCO. CINTO EM COURVIN NA COR PRETA E FIVELA DOURADA. GORRO NO TECIDO CETIM, 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO E DETALHE EM TECIDO DE PELÚCIA BRANCO (POMPOM NA PONTA DO GORRO E UMA BARRA EXTERNA). CONJUNTO DA ROUPA DE PAPAI NOEL NOS TAMANHOS P, M, G E GG (ADULTA) A DEFINIR PELO CONTRATANTE"	CONJUNTO	366,25	1465,00
51	1	2	ROUPA DE PAPAI NOEL KIT COMPOSTO POR : 1 CALÇA CONFECCIONADA EM CETIM 4% ELASTANO 96% POLIÉSTER NA COR VERMELHO, MEIA CANELA, COM DETALHE EM BARRA LARGA NO TECIDO PELÚCIA BRANCO , 1 BLUSA MANGA LONGA EM CETIM 4% ELASTANO 96% POLIÉSTER NA COR VERMELHA, COM DETALHES EM PELÚCIA DE BOA QUALIDADE NA FRENTE, NOS PUNHOS E BARRAINFERIOR LARGA NO TECIDO PELÚCIA BRANCO. GOLA REDONDA COM ABERTURA E DOIS BOTÕES DE PRESSÃO NA PARTE DE TRÁS (PARA FACILITAR O USO), CONFECCIONADO COM TECIDO CETIM, 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO. DETALHES NA GOLA, PUNHO DA MANGA, NA BARRA DA CAMISA E NA FRENTE, EM TECIDO PELÚCIA NA COR BRANCO. CINTO EM COURVIN NA COR PRETA E FIVELA DOURADA. GORRO NO TECIDO CETIM, 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO E DETALHE EM TECIDO DE PELÚCIA BRANCO (POMPOM NA PONTA DO GORRO E UMA	CONJUNTO	455,02	910,04



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			BARRA EXTERNA). NOS TAMANHOS P, M, G E GG (ADULTA) A DEFINIR PELO CONTRATANTE.			
52	1	8	SACO DE PAPAÍ NOEL CONFECCIONADO EM TECIDO CETIM VERMELHO E 4% ELASTANO 96% POLIÉSTER, MEDINDO 0,50CM LARGURA X 0,80 CM ALTURA, FECHAMENTO COM CORDÃO COM PONTEIRAS DOURADAS DE ACABAMENTO.	UNIDADE	43,33	346,64
53	1	5	"KIT BARBA, BIGODE, CABELO E ÓCULOS DE PAPAÍ NOEL" KIT CONTENDO 01 BARBA COM BIGODE, BRANCOS 01 PERUCA FALSA BRANCA E ÓCULOS DOURADO FORMATO REDONDO. A PERUCA E O BARBA SÃO FEITAS DE FIBRA DE ALTA TEMPERATURA MACIA, QUE PODE PROPORCIONAR UM USO CONFORTÁVEL E ECOLÓGICO DA PELE. TAMANHO DA BARBA C/ BIGODE APROXIMADAMENTE: 60CM X 25CM TAMANHO PERUCA APROXIMADAMENTE: 55CM MATERIAL: SINTÉTICO COR: BRANCO."	KIT	11,16	55,80
54	1	30	COLLANT INFANTIL DE ALÇAS, COSTURA REFORÇADA E ACABAMENTO INFERIOR TRADICIONAL ( SEM CAVAS EXCESSIVAS) CONFECCIONADO EM TECIDO EM POLILINE, COR À DEFINIR PELA CONTRATANTE, NOS TAMANHOS 06 AO 12, CONFORME MODELO.	UNIDADE	96,42	2892,60
55	1	10	SAIA EM TULE INFANTIL, COR À DEFINIR PELA CONTRATANTE, COM APLICAÇÃO DE FITA DE CETIM EM TODA A BORDA DO TULE , E APLICAÇÃO DE PÉROLAS, NOS TAMANHOS 06 AO 12. CONFORME MODELO.	UNIDADE	73,19	731,90
56	1	15	CONJUNTO DE COLANT SHORTINHO, EM LYCRA PRAIA TECIDO COM NO MÍNIMO 90% POLIAMIDA E 10 % ELASTANO, COM BOJO, COR À DEFINIR PELA CONTRATANTE, E SAIA LONGA EM VOAL PLISSADO, COR À DEFINIR PELA CONTRATANTE, NOS TAMANHOS P, M, G (ADULTO) DE ACORDO COM O PEDIDO DA CONTRATANTE. CONFORME MODELO.	CONJUNTO	162,20	2433,00
57	1	4	FLAG DE DANÇA GIGANTE, EM TECIDO LAME LEVE NO TAMANHO 5M X 1M, COM CABO DE 80 CM, NA COR DOURADA, CONFORME MODELO.	UNIDADE	182,67	730,68



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

58	1	5	TRAJE DE DANÇA DO VENTRE TAMANHO INFANTIL, CONTENDO 01 COLAR DE CABEÇA COM VÉU, 01 TOP BORDADO COM PEDRARIAS E MIÇANGAS DE EXCELENTE QUALIDADE, SAIA LONGA EM TECIDO LEVE COM ÓTIMO CAIMENTO E MOBILIDADE, COM DETALHES EM APLIQUES, CINTURÃO COM MOEDAS, E 2 BRACELETES COM APLIQUES DE MOEDAS, DE ACORDO COM MODELO EM ANEXO, NOS TAMANHOS 08 E 10, EM CORES DIVERSAS, ESCOLHIDAS PELO CONTRATANTE.	CONJUNTO	492,91	2464,55
59	1	5	TRAJE DE DANÇA DO VENTRE TAMANHO JUVENIL, CONTENDO COLAR DE CABEÇA COM VÉU, TOP BORDADO, SAIA LONGA CONFECCIONADA EM TECIDO LEVE COM DETALHES EM APLIQUES, CINTURÃO COM MOEDAS, DE ACORDO COM MODELO EM ANEXO, NOS TAMANHOS 12, 14 E 16, EM CORES DIVERSAS, ESCOLHIDAS PELO CONTRATANTE.	CONJUNTO	808,00	4040,00
60	1	75	TRAJE TÍPICO INFANTIL ALEMÃO FEMININO, COMPOSTO POR BLUSINHA CIGANINHA EM CETIM COM DETALHES EM RENDA, SAIA EM OXFORD COM DETALHES EM AMARELO OURO, VERMELHO, VIÉS ESTAMPADO E BORDADO INGLÊS, CORSELET 94% POLIAMIDA COM 6% DE ELASTANO, MEIAS BRANCAS NA ALTURA DOS JOELHOS, TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO POR PARTE DO CONTRATANTE.	UNIDADE	194,45	14583,75
61	1	75	TRAJE INFANTIL ALEMÃO MASCULINO COMPOSTO POR UMA CAMISA BRANCA NO TECIDO MICROFIBRA; JARDINEIRA EM TECIDO OXFORD COM DETALHES EM AMARELO OURO, VERMELHO, VIÉS ESTAMPADO, MEIAS BRANCAS NA ALTURA DO JOELHO, TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO POR PARTE DO CONTRATANTE.	UNIDADE	185,10	13882,50
62	1	3	FANTASIA INFANTIL - ELSA (FROZEN). KIT COMPLETO, CONTENDO: VESTIDO EM DUAS SAIAS, UMA EM CETIM E OUTRA EM ORGANZA, LUVAS, COROA E VARINHA. MATERIAL: POLIÉSTER E MALHA; VARINHA EM PLÁSTICO. TAMANHOS : GG, 02 E 03	UNIDADE	197,98	593,94
63	1	3	FANTASIA INFANTIL - MOANA. KIT COMPLETO, CONTENDO: SAIA, BLUSA, CINTO E COLAR COM PEDRA AZUL. MATERIAL: POLIÉSTER E MALHA. TAMANHOS: GG, 02 E 03	UNIDADE	132,77	398,31



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

64	1	3	FANTASIA INFANTIL - BELA (A BELA E A FERA). KIT COMPLETO, CONTENDO: VESTIDO EM DUAS SAIAS, UMA EM CETIM E OUTRA EM ORGANZA, LUVAS, COROA E VARINHA. MATERIAL: POLIÉSTER E MALHA; VARINHA EM PLÁSTICO. TAMANHO: GG,02 E 03	UNIDADE	155,34	466,02
65	1	3	FANTASIA INFANTIL - SININHO (PETER PAN). KIT COMPLETO, CONTENDO: VESTIDO COM DETALHES EM PAETÊ, ASAS E VARINHA. MATERIAL: POLIÉSTER E MALHA; VARINHA EM PLÁSTICO; MATERIAL DA ASA: ARAME REVESTIDO EM TECIDO E DETALHES EM GLITTER, ALÇA DE ELÁSTICO PARA COLOCAR NOS BRAÇOS. TAMANHOS: GG, 02 E 03	UNIDADE	173,34	520,02
66	1	4	FANTASIA INFANTIL - EMÍLIA (SITIO DO PICA-PAU AMARELO). KIT COMPLETO, CONTENDO: VESTIDO EM ALGODÃO NA COR VERMELHA E AMARELA COM DETALHE EM BOTÕES NA FRENTE E FECHAMENTO ATRÁS DE BOTÃO DE PRESSÃO; BOMBACHINHA CONFECCIONADA EM TECIDO DE CETIM NA COR BRANCA, COM ELÁSTICO E RENDA NA BARRA NA COR BRANCA; PERUCA VERMELHA E AMARELA CONFECCIONADA EM MALHA, COM LAÇO DE CETIM NA COR VERDE. TAMANHOS:GG,02 E 03.	UNIDADE	191,73	766,92
67	1	4	FANTASIA INFANTIL - BRUXINHA. KIT COM 3 PEÇAS, SENDO: UM VESTIDO EM DUAS SAIAS, UMA EM CETIM E OUTRA EM TULE NAS CORES PRETO E LARANJA COM DETALHES EM TULE E LAÇO DE CETIM, UM CHAPÉU DE BRUXA PRETO COM UM LAÇO DE CETIM DECORATIVO E UMA VASSOURINHA DE BRUXA CONFECCIONADA EM TECIDO E PLÁSTICO. MATERIAL: POLIÉSTER. TAMANHOS: G, GG, 02 E 03.	UNIDADE	172,98	691,92
68	1	12	FANTASIA INFANTIL - BORBOLETA. KIT COM 4 PEÇAS, CONTENDO: UMA SAIA, ASA DE BORBOLETAS, TIARA E VARINHA. SAIA EM TULE (DIVERSAS CORES) RODADA COM CÓS EM CETIM E ELÁSTICO. MATERIAL DA ASA: ARAME REVESTIDO EM TECIDO E DETALHES EM GLITTER, ALÇA DE ELÁSTICO PARA COLOCAR NOS BRAÇOS. TAMANHOS: G, GG, 02 E 03.	UNIDADE	134,73	1616,76
69	1	4	FANTASIA INFANTIL - PEDRINHO (SITIO DO PICA-PAU AMARELO). KIT COMPLETO, CONTENDO: MACACÃO EM ALGODÃO NA COR AZUL COM DETALHE EM BOLSO NA FRENTE E	UNIDADE	169,15	676,60



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			FECHAMENTO COM BOTÃO DE PRESSÃO; CAMISETA LISTRADA EM MALHA, BRANCA E VERMELHA. TAMANHOS: G, GG, 02 E 03.			
70	1	3	FANTASIA INFANTIL - HOMEM-ARANHA. COMPOSIÇÃO: MACACÃO ESTAMPADO, PARTE DE TRÁS LISA E COM CORDINHAS PARA AMARRAR, ACOMPANHA MÁSCARA. MATERIAL: POLIÉSTER. TAMANHOS G, GG, 02 E 03.	UNIDADE	147,20	441,60
71	1	4	FANTASIA INFANTIL - BOMBEIRO. KIT COM 3 PEÇAS, CONTENDO: COMPOSIÇÃO: UMA CAMISETA ESTAMPADA, UMA BERMUDA E UM CHAPÉU. COR PREDOMINANTE: VERMELHO. MATERIAL: POLIÉSTE. TAMANHOS: G, GG, 02 E 03.	UNIDADE	144,55	578,20
72	1	4	FANTASIA INFANTIL - MÁGICO. KIT COM 5 PEÇAS, CONTENDO: UMA CAMISETA ESTAMPADA (CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA), UMA CALÇA, UM PAR DE LUVAS, UMA CARTOLA E UMA CAPA COM A PARTE TRASEIRA EM COR PRETA LISA E A PARTE INTERNA ESTAMPADA COM CORDINHAS PARA AMARRAR (CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA). MATERIAL: POLIÉSTER. TAMANHOS: G, GG, 02 E 03.	UNIDADE	225,71	902,84
73	1	4	FANTASIA INFANTIL - PIRATA. KIT COM 6 PEÇAS, CONTENDO: UMA CALÇA NA COR PRETA, UMA CAMISETA MANGA CURTA LISTRADA VERMELHO E BRANCA, UM LENÇO ESTAMPADO COM TAPA OLHO COSTURADO, UM COLETE PRETO COM BORDAS DOURADAS EM FITA DE CETIM, UMA FAIXA VERMELHA E UMA ESPADA DE PLÁSTICO. TAMANHOS: G, GG, 02 E 03.	UNIDADE	218,73	874,92
74	1	3	FANTASIA INFANTIL - VAMPIRO. KIT COM 3 PEÇAS, CONTENDO: UMA CAMISETA MANGA LONGA NA COR BRANCA, UM COLETE VERMELHO E PRETO (ESTAMPADO EM ARABESCO), E UMA CAPA PRETA COM GOLA ALTA VERMELHA COM CORDINHAS PARA AMARRAR (DETALHE EM RECORTE ONDULADO NA CAPA, CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA). COMPOSIÇÃO POLIÉSTER E POLIURETANO. TAMANHOS: G, GG, 02 E 03.	UNIDADE	198,70	596,10



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

75	1	4	FANTASIA INFANTIL - LOBO MAU. FANTASIA EM UMA PEÇA SENDO: UMA REGATA XADREZ VERMELHA EM TECIDO DE ALGODÃO, COM DETALHE PARA O CAPUZ DE LOBO COM ORELHAS E UM PAR LUVAS DE LOBO EM TECIDO FELPUDO DE PELE SINTÉTICA. MATERIAL: POLIÉSTER. TAMANHOS: G, GG, 02 E 03.	UNIDADE	229,94	919,76
76	1	4	FANTASIA INFANTIL - REI. FANTASIA EM 5 PEÇAS SENDO: UMA CAMISETA MANGA LONGA NA COR VERMELHA EM TECIDO DE CETIM E DETALHE EM 6 BOTÕES E PASSAMANARIA DOURADA, UM CINTO NA COR PRETA FECHAMENTO ATRÁS DE BOTÃO DE PRESSÃO, UMA CALÇA NA COR PRETA EM MALHA, UMA CAPA EM VELUDO VERMELHO COM DETALHE BRANCO COM CORDINHAS PARA AMARRAR (CONFORME IMAGEM DE REFERÊNCIA) E UMA COROA DOURADA REGULÁVEL, EM MATERIAL PLÁSTICO. MATERIAL: POLIÉSTER. TAMANHOS: G, GG, 02 E 03.	UNIDADE	218,48	873,92
77	1	600	TECIDO PANO DE COPA ALVEJADO, COR BRANCA, LARG 70CM, 100% ALGODÃO DE EXCELENTE QUALIDADE.	METRO	18,51	11106,00
78	1	400	TECIDO FELPUDO PARA TOALHA DE BANHO LARG. 1.40 CM GRAMATURA MÍNIMA 258 G/M <sup>2</sup> , FIO 100% ALGODÃO CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	44,46	17784,00
79	1	200	TECIDO FRALDA ESTAMPADO, DUPLA CAMADA, 100% ALGODÃO ORGÂNICO LARG. 1.40MT, COR E ESTAMPA ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	28,31	5662,00
80	1	200	TECIDO DE BRIM PESADO COMPOSTO POR 80% POLIÉSTER E 20% ALGOSÃO, GRAMATUR DE 240, COM 1,60M DE LARGURA. CORES BRANCO E CREME.	UNIDADE	34,50	6900,00
81	1	100	TECIDO MALHA HELANCA, COMPOSIÇÃO 100% EM POLIÉSTER, MALHA BASTANTE MALEÁVEL, COM EXCELENTE ELASTICIDADE E FLEXIBILIDADE; MÍNIMO 1,80M DE LARGURA. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	18,93	1893,00
82	1	50	TECIDO DE MALHA DE ALGODÃO FIO 30.1 LISO, 100% ALGODÃO, LARGURA 1,50M; COR A DEFINIR PELO CONTRATANTE CONFORME A NECESSIDADE PARA A PRODUÇÃO DE FIGURINOS, DOS ESPETACULOS DESENVOLVIDOS PELAS OFICINAS DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.	METRO	40,33	2016,50



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

83	1	400	TECIDO FRALDA DUPLA CAMADA, 100% ALGODÃO ORGÂNICO LARG. 1.40MT, DE EXCELENTE QUALIDADE.	METRO	33,21	13284,00
84	1	570	TECIDO OXFORD LARG. 3MT, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE TECIDO OXFORD LARG. 3MT, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	26,01	14825,70
85	1	250	TECIDO PARA BORDADO VAGONITE E PONTO CRUZ BRANCO, 100% ALGODÃO, C/ 1,40 LARGURA.	METRO	40,83	10207,50
86	1	100	TECIDO XADREZ PARA BORDADO, 1,40 M DE LARGURA, 100% ALGODÃO.	METRO	48,79	4879,00
87	1	100	TOALHA PLÁSTICA P/ MESA , MEDINDO DE LARGURA 140CM COM PAPEL - COMPOSIÇÃO: 100%PVC ESPESSURA DO MATERIAL 0,15MM.	METRO	27,53	2753,00
88	1	250	TECIDO TRICOLINE ESTAMPADO PARA PATCHWORK, ARTESANATO EM GERAL, DECORAÇÃO, CONFECÇÃO DE ROUPAS. LARGURA: 1,50M , COMPOSIÇÃO: TRICOLINE 100% ALGODÃO, ORIGEM: NACIONAL ESTAMPAS FLORAIS, FIGURAS NATALINAS E POÁ DIVERSOS, CORES E ESTAMPAS, ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	45,20	11300,00
89	1	150	TECIDO EM JUTA 100% JUTA, 1,00M DE LARGURA, INDICADO PARA ARTESANATO. TRAMA FECHADA DE FIBRA NATURAL, LONGA, RESISTENTE E 100% BIODEGRADÁVEL.	METRO	26,64	3996,00
90	1	250	TECIDO FELTRO COM LARGURA: 1,40M, COMPOSIÇÃO: 100%POLIÉSTER, GRAMATURA: 135 G/M <sup>2</sup> , CORES ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO	27,93	6982,50
91	1	125	MANTA ACRÍLICA COR BRANCA, LARGURA 2,20M. PESO MÉDIO 14,08 KG. GRAMATURA 80.	METRO	19,79	2473,75
92	1	10	ENTRE TELA - TERMO COLANTE PARA ARTESANATO 90 CM DE LARG	METRO	17,10	171,00
93	1	70	TULE EM METRO, COM 1,20 METROS DE LARGURA, CORES A ESCOLHER.	METRO	17,46	1222,20
94	1	20	BOBINA CARRETIHA DE METAL MÁQUINA RETA INDUSTRIAL	UNIDADE	2,74	54,80
95	1	10	ARAME ENCAPADO PARA ARTESANATO Nº 24 OU Nº 26, ROLO COM 6 METROS, COR VERDE	UNIDADE	36,69	366,90
96	1	50	BARBANTE Nº 6 NAS CORES: CRU, COLORIDO E MESCLADO, ROLO COM 600 GR. CORES ESCOLHA DO CONTRATANTE	ROLO	24,47	1223,50



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

97	1	110	LINHA DE CROCHÊ 100% ALGODÃO MERCERIZADA. ROLO COM 1000MT, CORES ESCOLHA DO CONTRATANTE.	UNIDADE	30,50	3355,00
98	1	70	FIO DE SISAL TORCIDO 100% ESPESSURA DE 2MM COM 100 METROS.	ROLO	37,30	2611,00
99	1	80	NOVELO DE LÃ COM 100 GRAMAS, APROXIMADAMENTE 200 METROS. COMPOSIÇÃO: 50% LÃ E 50% ACRÍLICO, CORES VARIADAS	UNIDADE	23,24	1859,20
100	1	110	LINHA DE COSTURA P/ MAQUINA RETA INDUSTRIAL 120 POLIESTER COM 5.000 METROS, CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	UNIDADE	19,80	2178,00
101	1	150	LINHA PARA BORDADO NOVELO CONTENDO NO MÍNIMO 65 M, FIO 100 % ALGODÃO DUPLAMENTE MERCERIZADO, CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE, INCLUINDO MESCLADAS E LISAS.	ROLO	25,30	3795,00
102	1	50	LINHA DE COSTURA PARA OVERLOK, 100% POLIÉSTER, FIO LUBRIFICADO, 2000 JARDAS, CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	UNIDADE	21,20	1060,00
103	1	5	LINHA BRILHANTE COLORIDA 500 METROS 100% POLIPROPILENO. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE LINHA BRILHANTE COLORIDA 500 METROS 100% POLIPROPILENO.	UNIDADE	22,49	112,45
104	1	5	LINHAS ENCERRADAS , ROLO COM 100 METROS, CORES DIVERSAS	ROLO	31,75	158,75
105	1	2	FECHO DE CONTATO (ZÍPER VELCRO) COMPOSIÇÃO 40% POLIAMIDA 60% POLIÉSTER, DUPLO, PEÇA 25M, LARG 20MM.	PEÇA	64,82	129,64
106	1	200	RENDA PASSA FITA BORDADA PEÇA COM 13,70M E 2 CM DE LARG , CONFECCIONADA EM 90 % POLIÉSTER 10% ALGODÃO, CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	PEÇA	27,81	5562,00
107	1	300	RENDA BRODERI ESTREITA, COM DETALHES BORDADOS, LARG. 5CM COM 13.71M A PEÇA E CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	PEÇA	30,34	9102,00
108	1	110	FITA DE CETIM N º 1, 7 MM COM 100 METROS DIVERSAS CORES	UNIDADE	17,69	1945,90
109	1	100	TRANCELIM SIANINHA LARGA 9MMX10M, COMPOSIÇÃO 100% VISCOSE, CORES A DEFINIR PELA CONTRATANTE.	PEÇA	18,28	1828,00
110	1	5	KIT DE AGULHAS PARA CROCHÊ BARBANTE, CONFECCIONADA EM AÇO NIQUELADO , ESTOJO COM 12 UNIDADES, TAMANHOS 2, 4, 6, 8.	KIT	32,37	161,85



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

111	1	10	AGULHAS PARA BORDADO DE AÇO NIQUELADO Nº 03,16,22,24,26 PCT/ 10 UNID	PACOTE	20,22	202,20
112	1	10	AGULHA PARA MÁQUINA INDUSTRIAL RETA (CABO FINO). NUMERAÇÃO 75/11 80/12 90/14 PACOTE C/10 UNIDADES	PACOTE	33,72	337,20
113	1	5	AGULHA PARA MÁQUINA INDUSTRIAL OVERLOCK. NUMERAÇÃO 75/11 80/12 90/14 PACOTE C/10 UNIDADES	PACOTE	37,00	185,00
114	1	10	AGULHA DE COSTURAR A MÃO NUMERO 03 COM PONTA, NIQUELADA PACOTE COM 10 UNIDADES	PACOTE	20,53	205,30
115	1	20	AGULHA DE BORDAR A MÃO NÚMERO NUMERO 22 SEM PONTA NIQUELADA, PACOTE COM 10 UNIDADES AGULHA DE BORDAR A MÃO NÚMERO NUMERO 22 SEM PONTA NIQUELADA, PACOTES COM 10 UNIDADES.	PACOTE	18,81	376,20
116	1	102	ELÁSTICO ESTREITO Nº 14, 9MM, 72% ALGODÃO 28% ELASTADIENO, ROLO COM 100 MTS, COR A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	ROLO	59,14	6032,28
117	1	5	ELÁSTICO GROSSO CHATO 40MM, 69% POLIÉSTER 31% ELASTANO, ROLO COM 25 MTS	ROLO	50,67	253,35
118	1	100	LASTEX 58% ESLASTODIENO, 42% POLIÉSTER, COM 10 METROS DE COMPRIMENTO; CORES A ESCOLHA DO SOLICITANTE.	UNIDADE	12,05	1205,00
119	1	20	ARGOLA ACRÍLICO TRANSPARENTE PEQUENA DIMENSÃO 25MM/30MM	UNIDADE	1,18	23,60
120	1	200	ARGOLA ACRILICO TRANSPARENTE MÉDIA DIMENSÃO, 75 MM.	UNIDADE	2,96	592,00
121	1	100	ARGOLA ACRÍLICO TRANSPARENTE GRANDE DIMENSÃO 20CM TAMANHO TOTAL, 17,6CM DIÂMETRO INTERNO E 1,5CM ESPESSURA .	UNIDADE	12,91	1291,00
122	1	30	VIÉS COLORIDO E ESTAMPADO, XADREZ E FLORAL. 35MM. ROLO COM 20 METROS , CORES E ESTAMPAS ESCOLHA DO CONTRATANTE	PACOTE	27,61	828,30
123	1	100	MIÇANGAS FORMATOS E CORES DIVERSAS TAMANHOS 08MM, 10 MM; QUALIDADE ABS ( NÃO DESCASCA); PACOTE COM 100 GRAMAS CADA .	PACOTE	34,01	3401,00
124	1	15	LINHA DE PESCA N 0.40 COM 100 MTS CADA	ROLO	12,12	181,80
125	1	500	PENAS PARA ARTESANATO, CORES DIVERSAS MEDINDO NO MÍNIMO 15 CM CADA	UNIDADE	7,85	3925,00
126	1	100	BOTÕES COLORIDOS DE 06 MM A 15MM KIT COM 100 BOTÕES CORES MISTAS.	PACOTE	32,36	3236,00



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

127	1	25	FITA DE GORGORÃO ESTAMPADA 38 MM ROLO COM 10 METROS, DIVERSAS ESTAMPAS A ESCOLHA DO CONTRATANTE.	ROLO	36,27	906,75
128	1	20	BICO DE PATO METÁLICO 4 CM A 8 CM (PRESILHA DE CABELO). PACOTE COM 50 UNIDADES CADA.	PACOTE	34,74	694,80
129	1	10	MEIA PÉROLA 10 MM COM 500 GR CORES DIVERSAS	PACOTE	59,65	596,50
130	1	10	MEIA PÉROLA 12 MM COM 500 GR CORES DIVERSAS	PACOTE	60,29	602,90
131	1	10	MEIA PÉROLA PARA COLAGEM EM ARTESANATO, 50GR CADA PACOTE 6MM , NAS CORES ROSA, AZUL, AMARELO E PÉROLA	PACOTE	46,17	461,70
132	1	20	PISTILHO ARAME, 10 CM DE ALTURA, MAÇO COM 100 UNIDADES, COR A DEFINIR PELO CONTRATANTE.	UNIDADE	16,32	326,40
133	1	10	MANTA EM STRASS TERMO COLANTE 1,20 X 45 CM	PEÇA	219,47	2194,70
134	1	25	ESTENCIL MANDALA, FLORAL, FOLHAS, ARABESCO, RETRÔ MEDIDAS MÍNIMAS 25X25 UTILIZADO PARA PINTURA, CONFECCIONADOS EM MATERIAL PLÁSTICO	UNIDADE	22,77	569,25
135	1	5	PAPEL CARBONO, TAMANHO A4 , CORES DIVERSAS CAIXA COM 100 FOLHAS	CAIXA	89,99	449,95
136	1	110	CANETA PARA TECIDO COM TINTA DE ALTA FIXAÇÃO E RESISTENTE À AGUA, CORES VARIADAS.	UNIDADE	16,02	1762,20
137	1	55	FOLHA DE IMA AUTOADESIVA TAMANHO MINIMO 20 X 50, E COM ESPESSURA ENTRE 0,3MM E 0,8MM. FA	UNIDADE	21,87	1202,85
138	1	50	CAIXA DE MADEIRA EM MDF - PORTA CONTROLE COM 3 DIVISÓRIAS 15X10 CM	UNIDADE	18,36	918,00
139	1	100	CAIXA MDF - 15X15 COM 7 CM DE PROFUNDIDADE COM TAMPA	UNIDADE	15,61	1561,00
140	1	100	CAIXA MDF - 15X15 COM 5 CM DE PROFUNDIDADE COM TAMPA	UNIDADE	15,68	1568,00
141	1	100	CAIXA MDF - 20X20 COM 7 CM DE PROFUNDIDADE COM TAMPA	UNIDADE	16,82	1682,00
142	1	100	CAIXA MDF - 12X12 COM 5 CM DE PROFUNDIDADE COM TAMPA	UNIDADE	12,35	1235,00



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

143	1	45	VERNIZ SPRAY BRILHANTE OU FOSCO, 400 ML, PARA PROTEGER E EMBELEZAR ARTESANATOS EM GERAL E USO PROFISSIONAL, INDICADA PARA USO NOS MAIS DIVERSOS TIPOS DE PINTURA, TANTO EM AMBIENTE EXTERNO COMO INTERNO GARANTINDO UMA BOA COBERTURA E ACABAMENTO UTILIZADA EM VÁRIAS SUPERFÍCIES COMO METAIS (AÇO, COBRE, ALUMÍNIO, LATÃO, GALVANIZADO E FERRO) PAPEL MADEIRA ALVENARIA CERÂMICA E GESSO	UNIDADE	37,29	1678,05
144	1	35	VERNIZ ACRÍLICO BRILHANTE ACRILEX TUBO COM 500ML	UNIDADE	64,37	2252,95
145	1	15	MULTCOLAGE COLA GEL PARA DECOUPAGE 120G, CARACTERÍSTICAS: - PARA COLAR, IMPERMEABILIZAR E FAZER TRABALHOS DE DÉCOUPAGE	UNIDADE	28,58	428,70
146	1	30	GOMA LACA INCOLOR IMPERMEABILIZANTE TUBO COM 100 ML	UNIDADE	18,94	568,20
147	1	200	FOLHA DE PAPEL DECOUPAGE 49X34 CM VARIAS ESTAMPAS	UNIDADE	11,03	2206,00
148	1	50	TINTA DIMENSIONAL GLITTER 3D RELEVO, 35ML, É BASTANTE VERSÁTIL, E PODE SER APLICADA SOBRE DIVERSOS MATERIAIS, INCLUSIVE SOBRE TECIDOS. RESISTENTE A LAVAGENS E NÃO TÓXICA. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	UNIDADE	19,22	961,00
149	1	50	TINTA DIMENSIONAL METÁLICA RELEVO 3D, RESISTENTE A LAVAGENS E NÃO TÓXICA. EMBALAGEM COM 35ML. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	UNIDADE	15,35	767,50
150	1	50	TINTA XADREZ P/TINGIMENTO DE TECIDOS CORES AZUL, VERDE, VERMELHO, LARANJA, ROXO, MARROM	UNIDADE	15,45	772,50
151	1	2.000	TINTA PARA TECIDO 37 ML ((1,25 FL.OZ) À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICA E SOLÚVEL EM ÁGUA RESISTENTES A LAVAGENS E TODAS AS CORES SÃO MISCÍVEIS ENTRE SI. CORES A ESCOLHA DO CONTRATANTE	UNIDADE	9,64	19280,00
152	1	10	LIXA DE MADEIRA 320	UNIDADE	5,31	53,10
153	1	8	TERMOLINA LEITOSA P/ ARTESANATO TUBO COM 100 ML	TUBO	21,14	169,12
154	1	50	COLA TIPO SILICONE PARA ARTESANATO SEM METANOL TUBO COM 100 ML	UNIDADE	18,60	930,00



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

155	1	3	COLA PANO (COLA PARA TECIDOS TUBO COM 250 GR)	UNIDADE	33,18	99,54
156	1	10	HIDRO BETUME 100 ML	FRASCO	19,82	198,20
157	1	10	VERNIZ VITRAL PARA ARTESANATO , TUBO DE 37 ML CORES DIVERSAS.	TUBO	47,44	474,40
158	1	10	REMOVEDOR DE ESMALTE TIPO ACETONA, TUBO DE 500 ML	UNIDADE	34,68	346,80
159	1	105	TINTA PVA , PARA ARTESANATO, CORES DIVERSAS , TUBO COM 100 ML	TUBO	28,41	2983,05
160	1	100	TELA PARA PINTURA MEDINDO 40CM X 50 CM, ESTRUTURA EM MADEIRA PINUS TRATADA E CERTIFICADA, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTO, TECIDO DE ALTA QUALIDADE 100% ALGODÃO GRAMATURA DE 264,7 G/M <sup>2</sup> O QUE RESULTA EM ÓTIMO QUALIDADE NA PINTURA, RENDIMENTO DA TINTA E CONSERVAÇÃO DOS PINCÉIS	UNIDADE	39,30	3930,00
161	1	100	TELA PARA PINTURA MEDINDO 20CM X 30 CM, ESTRUTURA EM MADEIRA PINUS TRATADA E CERTIFICADA, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTO, TECIDO DE ALTA QUALIDADE 100% ALGODÃO GRAMATURA DE 264,7 G/M <sup>2</sup> O QUE RESULTA EM ÓTIMO QUALIDADE NA PINTURA, RENDIMENTO DA TINTA E CONSERVAÇÃO DOS PINCÉIS	UNIDADE	23,62	2362,00
162	1	100	TELA PARA PINTURA MEDINDO 30 CM X 40CM ESTRUTURA EM MADEIRA PINUS TRATADA E CERTIFICADA, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTO, TECIDO DE ALTA QUALIDADE 100% ALGODÃO GRAMATURA DE 264,7 G/M <sup>2</sup> O QUE RESULTA EM ÓTIMO QUALIDADE NA PINTURA, RENDIMENTO DA TINTA E CONSERVAÇÃO DOS PINCÉIS	UNIDADE	27,68	2768,00
163	1	500	TOALHAS DE MÃO 26 CM X 36 CM SEM FRANJA, CORES VARIADAS 100% ALGODÃO	UNIDADE	16,14	8070,00
164	1	15	PERSIANA DUPLAS EM ALUMINIO 25 MM, ESCOVADA COR DOURADA B25, COMANDO MANUAL NAS LATERAIS COM CORDÃO PADRÃO PAREDE, INSTALAÇÃO INCLUSA. É OBRIGATÓRIO A CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS NO LOCAL DE INSTALAÇÃO,	METRO QUADRADO	269,67	4045,05



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

165	1	601	CORTINA EM TECIDO BLECAUTE 100% POLIÉSTER, COM CORTE DE LUZ 100 %, COSTURADA SOB MEDIDA, FRANZIDA (COM LARGURA MÍNIMA DE TECIDO A SER USADO POR METRO É DE 2 METROS), EXCELENTE QUALIDADE COM ARGOLAS E/OU ILHÓS CONFORME A NECESSIDADE DO AMBIENTE NA COR ESCOLHA DO CONTRATANTE DE 32MM, BARRA DUPLA DE 12CM, ENTRETELA SUPERIOR DE 10CM, ESPAÇAMENTO ENTRE ARGOLAS/ILHÓS DE 08 A 09 CM, INSTALAÇÃO INCLUSA. É OBRIGATÓRIO A CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS EM CADA LOCAL DE INSTALAÇÃO. CORES LISAS À ESCOLHA DO CONTRATANTE.	METRO QUADRADO	41,07	24683,07
166	1	600	VARÃO 28MM DE FERRO , COR A ESCOLHA DO CONTRATANTE, INCLUSOS SUPORTES, BUCHAS, PARAFUSOS, PONTEIRAS INCLUSO INSTALAÇÃO.	METRO	26,94	16164,00
167	1	100	CAPA PARA COLCHÃO INFANTIL EM NAPA. A NAPA TIPO HOSPITALAR (COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 70% PVC) 100 % IMPERMEÁVEL, ANTIÁCAROS, FUNGOS E BACTÉRIAS, DE EXCELENTE QUALIDADE. MEDIDAS -LARG: 65CM COMP: 1,35 ALT: 15CM. COR AZUL OU ESCURAS A DEFINIR.	UNIDADE	87,86	8786,00
168	1	100	CAPA PARA COLCHÃO INFANTIL EM NAPA. A NAPA TIPO HOSPITALAR (COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 70% PVC) 100 % IMPERMEÁVEL, ANTIÁCAROS, FUNGOS E BACTÉRIAS, DE EXCELENTE QUALIDADE. MEDIDAS -LARG: 70CM COMP: 1,50 ALT: 14CM. COR AZUL OU ESCURAS A DEFINIR.	UNIDADE	80,58	8058,00
169	1	100	PROTETOR DE TRAVESSEIRO TECIDO IMPERMEÁVEL, COM TOQUE MACIO, NÃO FAZ BARULHO. DIMENSÕES 50CM X 70CM. CAPA COM FECHAMENTO DE ZÍPER, NA COR BRANCO LISO. COMPOSIÇÃO APROXIMADAS: 80% POLIÉSTER 20% TPU E OU 60% POLIETILENO E 40% POLIPROPILENO. OU 65% POLIÉSTER 35% POLIURETANO.	UNIDADE	32,19	3219,00
170	1	250	PROTETOR DE TRAVESSEIRO TECIDO IMPERMEÁVEL, COM TOQUE MACIO, NÃO FAZ BARULHO. DIMENSÕES: 30CM X 40CM. CAPA COM FECHAMENTO DE ZÍPER, NA COR BRANCO LISO. COMPOSIÇÃO APROXIMADAS: 80% POLIÉSTER 20% TPU E OU 60% POLIETILENO E	UNIDADE	51,30	12825,00



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			40% POLIPROPILENO. OU 65% POLIÉSTER 35% POLIURETANO.			
171	1	200	TRAVESSEIRO. DIMENSÕES: 50CM X 70CM, SUPORTE: MÉDIO. TECIDO: REVESTIMENTO EM MALLHA 100% ALGODÃO, ENCHIMENTO: 100% FIBRA SILICONIZADA. O TRAVESSEIRO DEVE SER ANTIALÉRGICO, ANTIÁCAROS E QUE POSSA SER LAVADO E SECADO EM MÁQUINA. EM EMBALAGEM COM 01 UNIDADE, LACRADA, CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO.	UNIDADE	53,03	10606,00
172	1	100	EDREDOM SOLTEIRO INFANTIL. TAMANHO: SOLTEIRO TECIDO: 100% ALGODÃO, ESTILO: INFANTIL, COR: ESTAMPADO COM TEMA INFANTIL (COM ESCOLHA/APROVAÇÃO DO CONTRATANTE), QUANTIDADE DE FIOS: 180 FIOS E ACABAMENTO: EDREDOM DUPLA FACE; 180 FIOS PERCAL; ENCHIMENTO 100% POLIÉSTE, MEDIDA APROXIMADA: EDREDOM 1,40 X 2,10 M".	UNIDADE	85,65	8565,00
173	1	350	COLCHÃO PARA MINI CAMA 1.50X70X10 COM ESPUMA 100% POLIURETANO, DENSIDADE MÍNIMA D20 SELADA, TECIDO 100% POLIÉSTER PARA TOQUE MACIO, TRATAMENTO ANTIÁCARO, ANTIMOFO E ANTIALÉRGICO.	UNIDADE	193,68	67788,00
174	1	11	BOLSA PARA AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE - BOLSA MEDINDO NO MÍNIMO 44CMX33CMX13 CM , MODELO PARA NOTEBOOK, CONTENDO NO MÍNIMO: 01 COMPARTIMENTO PARA NOTEBOOK COM PRESILHAEM VELCRO ( COMPORTA NOTEBOOK DE NO MÍNIMO 17 POLEGADAS), UM COMPARTIMENTO MÉDIO CENTRAL PARA CELULAR E ACESSÓRIOS , UM COMPARTIMENTO COM ZIPER COM ESPAÇOS INDIVIDUAIS : BOLSO INTERNO PARA CARTEUIRA, 01 PORTA CANETAS, 01 PORTA CARTÕES ,, A BOLSA DEVERÁ CONTER DUAS ALÇAS DE MÃO EM COURO LEGÍTIMO E ALÇA TRANSVERSAL REMOVÍVEL, A BOLSA DEVRÁ SER FORRADA INTERNAMENTE E FABRICADA EM COURO BOVINO LEGÍTIMO NA COR PRETA . TODOS OS BOLSOS DEVRÃO CONTER ZÍPER PARA MAIOR SEGURANÇA NO DESLOCAMENTO. PERSONALIZAÇÃO A	UNIDADE	562,90	6191,90



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

			ESCOLHA DO CONTRATANTE, COM APROVAÇÃO PRÉVIA DA ARTE.			
175	1	100	COBERTOR TIPO MANTA CASAL, MEDIDAS 1.80 X 2.20 METROS EM MICROFIBRA (TIPO MANTA DE PLUSH , TECIDO 100 % POLIÉSTER 200GRM /MT.) CORES VARIADAS ( CORES LISAS)	UNIDADE	66,90	6690,00
176	1	45	KIT FORMATURA INFANTIL CONTENDO: CONTÉM: 01 BECA COM JABOUR NA COR PRETA; 01 FAIXA NA COR BRANCA; 01 CAPELO COM PINGENTE (PINGENTE NA COR BRANCA); 01 CANUDO COM DETALHES DOURADOS. COMPOSIÇÃO: TECIDO: OXFORD. CANUDO: CAMURÇA. FECHO DA BECA: ZÍPER. FECHO DA FAIXA: VELCRO. MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 80 CM; MANGA 35 CM.	KIT	123,28	5547,60

1.2. A fundamentação para a opção de parcelamento ou não parcelamento pode ser consultada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo ao presente Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 28, de 28 de fevereiro de 2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo ao presente Termo de Referência.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura da ata de registros de preços, prorrogável por até 01 ano (Art. 84 da Lei 14.133/2021, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo ao presente Termo de Referência.

1.5.1. A ata oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação **está previsto** no Plano de Contratações Anual de 2025, e inscrito sob o Nº de item 05, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo ao presente documento.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Indicação de marcas ou modelos

4.1. Na presente contratação existe a indicação de modelo por se tratar de itens que exigem a padronização com modelos já adotados pela administração (caso dos uniformes). As características serão informadas junto aos descritivos dos itens para referência de cores e modelos.

### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao presente documento.

## 5. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) recebimento da ordem de compra.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com ao menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço informado na ordem de compra e de acordo com a necessidade de cada secretaria solicitante.
- 5.4. Por se tratar de ata de registros de preços os pedidos poderão ser realizados ao decorrer da vigência da ata e de acordo com a necessidade da secretaria solicitante.

### Obrigações da Contratada

- 5.5. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, de acordo com o Art. 92, XVI, da Lei 14.333/21, informando a Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
  - 5.6. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
  - 5.7. Prestar os serviços, com pontualidade e nos locais específicos determinados pela Contratante, bem como atender as demais condições do Edital.
  - 5.8. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
  - 5.9. Considerar que a unidade e a qualidade, são pré-requisitos para o recebimento do item solicitado.
  - 5.10. Comunicar a CONTRATANTE imediatamente a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.
  - 5.11. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o Art. 120 da Lei n.º 14.333/21.
  - 5.12. Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, contratação de pessoal, veículos (transporte) e demais encargos pertinentes ao fornecimento, serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
  - 5.13. As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato.
  - 5.14. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:

- ✓ Todos os modelos e imagens de serão disponibilizados junto a ordem de compra para referência no momento da Confecção.
- ✓ Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como, fretes, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.
- ✓ Todo produto/serviço que apresente má qualidade, avarias, que não for novo e sem uso, ou que não atenda as especificações do edital deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- ✓ Só serão aceitas entregas completas, conforme descrito na ordem de compras.
  - ✓ Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue/serviço prestado for diferente que o constante na nota fiscal ou na ordem de serviço todos os objetos serão recusados até a perfeita regularização por parte da empresa vencedora.
  - ✓ O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo Fiscal de Contratos da Secretaria solicitante, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do(s) produto(s) o mesmo deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.
  - ✓ Todas as hipóteses de irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.
  - ✓ O licitante vencedor arcará com todos os custos necessários para o perfeito fornecimento do objeto outras despesas relativas a confecção dos uniformes, descritos no objeto desta licitação, bem como as despesas de pessoal, sem custos adicionais para o município.
- Para os itens confecções:
- ✓ A empresa vencedora do certame quanto ao fornecimento dos uniformes e figurinos deverá, quando solicitada, entregar ao Fiscal de Contrato da Administração amostras dos tecidos (em tamanho mínimo de 10x10cm) com os quais serão confeccionados cada um dos lotes, cada qual com a respectiva ficha de composição e gramatura para acareação entre o solicitado em edital e o que a empresa julga atender o item. Podendo a Administração solicitar alterações e/ou melhores esclarecimentos de forma a obter o material mais próximo do descrito.
  - ✓ Para garantir a integridade das costuras deve-se utilizar o ponto cadeia nas junções e as barras devem ter 2,5cm com costuras paralelas e todos pespontos feitos na cor do tecido. Os cóses das calças devem ter 5,5 cm de largura e possuir sete passantes para cinta.
  - ✓ A confecção será autorizada pela administração municipal, de acordo com as necessidades de cada secretaria, podendo ser solicitado uniforme para somente um ou mais servidores da secretaria requerente. A contratada poderá, antes da confecção, juntamente com o Fiscal de Contratos da Administração, acertar pequenos detalhes que por ventura não fiquem claros no modelo ilustrativo ou na descrição, como a forma de aplicação dos detalhes, viés, filetes, penses, etc., para utilizar na facção do que lhe for solicitado.
  - ✓ As medições/provas dos tamanhos deverão ser realizadas individualmente, na secretaria solicitante ou no endereço da empresa, por profissional designado dos licitantes vencedores, não havendo possibilidade de um servidor municipal anotar as provas, pois este somente irá passar à contratada uma lista dos nomes para os quais foram pedidos determinado tipo de uniforme.
  - ✓ Cabe ressaltar que há diferentes cargas horárias e jornadas de trabalho, portando a licitante deve programar com cada secretaria o melhor horário para encontrar os servidores em serviço ou para solicitar que estes se dirijam à sede da empresa.
  - ✓ A contratada obriga-se a realizar ao menos uma prova de tamanhos padronizados e/ou medição para determinação de tamanho e para anotar as particularidades como comprimento de mangas, pernas, tronco, etc. e responsabiliza-se pelo ajuste dos uniformes de forma individual e personalizada para cada servidor sem custos adicionais para o município. Somente os uniformes de estagiários serão solicitados por tamanho padronizados do PP ao EXG.
  - ✓ Quando da entrega o servidor deve provar e verificar se suas particularidades foram atendidas, se ainda faltar algum ajuste, por exemplo: comprimento das mangas, este deve informar a necessidade à contratada



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

e aguardar a correção, caso o ajuste não seja feito este deve informar o ocorrido ao Fiscal de Contrato que tomará as providências cabíveis.

✓ Cada servidor pode solicitar alterações do tamanho padrão para atender suas especificidades, como no comprimento das camisetas, jalecos, mangas longas e calça. Não é permitido realizar alterações que possam desfigurar o item, como remoção ou inclusão de bolsos, tipos de cós, de tecido e cores.

✓ Todas as mercadorias que demandem de inserção de artes personalizadas, devem ter as artes previamente aprovadas pela Secretaria solicitante.

✓ Uma vez requeridas as mercadorias, as mesmas deverão ser entregues à secretaria solicitante em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da ordem de compras.

## **Obrigações da Contratante**

5.15. Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do objeto solicitado, sendo que ele atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho.

5.16. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.

5.17. Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

5.18. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

5.19. Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

5.20. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

5.21. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.22. Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de entrega e/ou instalação do objeto solicitado.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

A fiscalização destas Atas de Registros de Preços, ficará à cargo do(s) seguinte(s) fiscal(is) de contratos:

- ✓ Claudia C. Kirsten –Secretaria de Administração e Planejamento;
- ✓ Marlise Rosane Wojtiok –Secretaria de Saúde;
- ✓ Debora A. Thomas –Secretaria de Esportes e Lazer;



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- ✓ Marcos B. Zibetti –Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo;
- ✓ Susane Paludo Martins –Secretaria de Assistência Social;
- ✓ Claudia Soerensen Mendes –Secretaria de Educação e Cultura;
- ✓ Claudete L. Scaravonatto -Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;
- ✓ Gilson Leske -Secretaria de Indústria, Comércio Turismo e Desenvolvimento Econômico;

**Parágrafo Único:** Durante a execução contratual a contratante poderá incluir ou substituir os fiscais desta Ata de Registro de Preços, de acordo com interesse da administração pública, mediante termo de apostilamento contratual.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- ✓ o prazo de validade;
- ✓ a data da emissão;
- ✓ os dados do contrato e do órgão contratante;
- ✓ o período respectivo de execução do contrato;



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- ✓ o valor a pagar; e
- ✓ eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta *on-line* ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao sistema.

## **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Exigências de habilitação

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE, para posterior formalização de ATA DE REGISTROS DE PREÇOS.

8.2. O sistema de disputa será o aberto.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.13. Da participação de empresas em consórcio:

A Nova Lei de Licitações destaca em seu Art. 5º que, dentre outros, deve ser observado nos processos licitatórios o princípio da competitividade. Uma inovação trazida pela referida legislação é a presunção de que consórcios são naturalmente permitidos, sendo sua participação proibida apenas quando devidamente justificado (Art. 15º da Lei 14.133/2021). Tal previsão evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas, indo em consonância ao princípio da motivação.

No que tange ao consórcio, pode-se o conceituar como a união de esforços de diferentes indivíduos com o propósito de garantir um resultado específico, o qual seria difícil ou impraticável alcançar de forma isolada. Um exemplo é o Consórcio Norte Energia, formado por 9 empresas e responsável pela construção na Usina



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

de Belo Monte, terceira maior usina hidrelétrica do mundo que demandou um investimento de R\$ 19,5 bilhões (TEIXEIRA, 2017<sup>1</sup>).

Se por um lado a permissividade da formação de consórcios é benéfica, por outro lado, o risco de tentativas de dominação de mercado e eliminação da concorrência é aumentado, visto que os consórcios podem ser utilizados para reduzir o espectro da concorrência e serem utilizados como um acordo entre eventuais interessados (JUSTEN FILHO, 2021<sup>2</sup>).

Nas contratações de bens comuns é bastante usual a participação de empresas de todos os portes, às quais, em sua maioria absoluta, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica, demonstrando possuir condições suficientes para atender a demanda, o que por consequência não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

No caso concreto, se tratando de objeto comum, de baixa complexidade, que não demanda grandes investimentos ou possui multidisciplinariedade de serviços, vislumbra-se que o risco de restrição da competitividade se sobrepõe aos benefícios eventualmente trazidos por esse dispositivo.

Por este motivo, nesse caso, a vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio é justificável, possibilitando a proteção do princípio da competitividade e não trazendo prejuízos à administração.

## **8.14. Da divulgação da Intenção de Registro de Preços:**

Pato Bragado é um município de pequeno porte, que está localizado no oeste do estado do Paraná, na região Sul do Brasil, conta com menos de 6 mil habitantes e uma área de 135,600 km<sup>2</sup> segundo dados do IBGE. O Art. 9º. Do Decreto 027 de 09 de fevereiro de 2024, diz que:

§ 2º A publicação da intenção de registro de preços prevista no caput poderá deixar de ocorrer, sempre de forma fundamentada, quando:

I - A natureza do objeto se relacionar exclusivamente ao órgão ou entidade responsável pelo certame;

**II - Excepcionalmente, se mostrar inviável a veiculação da intenção de registro de preços.**

No nosso caso, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços. Por ser um município de pequeno porte a estrutura administrativa é reduzida e esta atribuição poderia gerar um atraso nos processos e comprometer o funcionamento de atividades essenciais.

## **8.15. Da aplicabilidade da Exclusividade:**

Levando em conta o valor o processo licitatório, e tratando-se de modalidade menor preço por item, a priori é aplicável a aplicação da exclusividade de participação no processo às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido no Inciso I, Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006<sup>3</sup>.

## **8.16. Da aplicabilidade do Decreto 238 de 2022 e Decreto n.º 054, de 29 de fevereiro de 2024.**

Após a alteração do Decreto 238 de 2022 e levando em consideração a nova redação justificamos a aplicabilidade do atual decreto pois durante a pesquisa de preços (em anexo) foram identificadas mais 03 (três) empresas da Microrregião 22, conforme justificado no ETP.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

---

<sup>1</sup> TEIXEIRA, Vanessa Ferrari. Prevenção e solução de conflitos em consórcios empresariais. São Paulo: Almedina, 2017.

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

<sup>3</sup> É aplicável os arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 aos processos disciplinados pela Lei 14.133/2021, conforme Art. 4º da Lei 14.133/2023.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência ou concordata (Recuperação Judicial) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. (não será aceita negativa com data de emissão superior a 90 (noventa) dias);

8.25. As empresas em recuperação judicial devem apresentar junto a Certidão o Plano de Recuperação Homologado.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 780.871,50 (setecentos e oitenta mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados Lei Orçamentário Anual.

10.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

<b>Dotação</b>	<b>Órgão</b>	<b>Unidade</b>	<b>Funcional</b>	<b>Ação</b>	<b>Elemento - Código</b>	<b>Elemento - Descrição</b>	<b>Vínculo</b>
21	2	1	0004.0122.1050	2002	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
65	2	4	0004.0122.1050	2005	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
116	2	5	0004.0123.1050	2009	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
168	2	6	0004.0121.1050	2010	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
209	2	7	0012.0361.1150	2012	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
236	2	7	0012.0361.1150	2013	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

328	2	7	0012.0365.1150	2017	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
358	2	8	0013.0392.1200	2022	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
398	2	9	0027.0812.1250	2024	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
438	2	10	0015.0452.1350	2026	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
569	2	11	0008.0244.1450	2049	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
618	2	12	0020.0606.1500	2057	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
654	2	13	0022.0661.1550	2061	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
726	2	14	0010.0301.1400	2034	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
973	2	18	0008.0241.1450	2050	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## ANEXO 2

### MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Prefeitura Municipal de Pato Bragado

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para fins do disposto no Edital de licitação em epígrafe, **DECLARA**,

- a) Tem pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- b) Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal);
- c) Que não possui, empregados executando trabalho degradante ou forçado (incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88);
- d) Não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021);
- e) Que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (inciso IV, do art. 14 da Lei 14.133/2021)
- f) Que autoriza o tratamento e divulgação dos documentos juntados ao procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Identificação do  
Responsável legal da empresa



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## ANEXO 03

### DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

#### DECLARAÇÃO

(nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
n° \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade  
n° \_\_\_\_\_, e do CPF n° \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas  
da lei e para os fins de direito e disposições do presente edital, ser microempresa ou empresa de pequeno  
porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no artigo 3° da  
Lei Complementar 123/06, alterações e respectiva regulamentação da Lei Municipal n. 27/2009.  
( ) Declara, ainda, que no ano-calendário não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores  
somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de  
pequeno porte. **(Assinalar com "x" quando for o caso)**

Cidade (UF) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(representante legal)



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## ANEXO 4

### DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Razão Social da proponente \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF \_\_\_\_\_

#### Endereço para Correspondência da sede da Empresa

Rua : \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
Nº do Telefone \_\_\_\_\_ Celular: - \_\_\_\_\_  
e-mail da proponente: \_\_\_\_\_

#### Do Representante Legal autorizado para assinatura do Contrato

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
RG Nº \_\_\_\_\_ Órgão emissor \_\_\_\_\_  
CPF Nº \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_  
O representante legal possui assinatura eletrônica: ( ) sim ( ) não

#### Das Informações Bancárias da empresa

(Para fins de pagamento, caso sagrar-se vencedora, a empresa deve informar uma conta jurídica em seu nome)

Banco: \_\_\_\_\_  
Agência: \_\_\_\_\_  
Tipo de Conta: \_\_\_\_\_  
Número da Conta: \_\_\_\_\_

Local e data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Identificação do  
Responsável legal da empresa



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## ANEXO 5

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(Razão Social, CNPJ, telefone, endereço, e-mail)

A Prefeitura Municipal de Pato Bragado - PR  
Departamento de Licitações e Contratos  
Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nossa proposta de preços do Pregão Eletrônico, em epígrafe.

Item	Qtde	Med.	Descrição do produto	Marca / modelo	V.Unit.	V. Total

Prazo de validade da proposta de preços: 60 (sessenta) dias.

Forma de pagamento:

Prazo de garantia:

Declaramos que em nossos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita entrega do objeto licitado.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Identificação do  
Responsável legal da empresa



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## ANEXO 6

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO P/ FINS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º xxx/xxxx

Ata de Registro de Preços de Fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa ....., nos termos das normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 027/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

Aos ..... dias do mês de xxxxxxxx de dois mil e xxxxxxxxx, a empresa....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida na Rua ....., n.º ....., Município de ....., Telefone para Contato n.º ....., neste ato representada pelo senhor ....., Portador do RG n.º ..... e do CPF n.º ....., vem pela presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, firmar com o CONTRATANTE, o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Willy Barth, n.º 2885, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor **JOHN JEFERSON WEBER NODARI**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº 8.678.797-0 e do CPF nº 056.669.419-09, residente e domiciliado na Rua Planalto, nº 1371, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, denominado **MUNICÍPIO**, obrigam-se ao que segue.

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº xxxx/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

LOTE	ITEM	MED	DESCRIÇÃO	MARCA	Quant.	V. UNIT.	V. TOTAL

2.2. O valor global a ser praticado nesta Ata de Registro de Preços será de R\$ .....

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FISCALIZAÇÃO

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação	Órgão	Unidade	Funcional	Ação	Elemento - Código	Elemento - Descrição	Vínculo
21	2	1	0004.0122.1050	2002	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
65	2	4	0004.0122.1050	2005	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
116	2	5	0004.0123.1050	2009	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

168	2	6	0004.0121.1050	2010	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
209	2	7	0012.0361.1150	2012	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
236	2	7	0012.0361.1150	2013	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
328	2	7	0012.0365.1150	2017	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
358	2	8	0013.0392.1200	2022	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
398	2	9	0027.0812.1250	2024	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
438	2	10	0015.0452.1350	2026	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
569	2	11	0008.0244.1450	2049	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
618	2	12	0020.0606.1500	2057	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
654	2	13	0022.0661.1550	2061	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
726	2	14	0010.0301.1400	2034	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
973	2	18	0008.0241.1450	2050	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505

**3.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**3.3.** A fiscalização ficará à cargo do(s) seguinte(s) fiscal(is):

- ✓ **Claudia Cristiane Kirsten – Secretária de Administração**
- ✓ **Joyce Catharine Hoppe – Secretária de Finanças e Gabinete**
- ✓ **Claudia Soerensen Mendes – Secretária de Educação e Cultura**
- ✓ **Debora A. Thomas – Secretária de Esportes**
- ✓ **Marcos Bamberg Zibetti – Secretária de Obras, Viação e Urbanismo**
- ✓ **Susane P. Martins – Secretária de Assistência Social**
- ✓ **Claudete L. Scaravonatto – Secretária de Agricultura**
- ✓ **Gilson Leske – Secretária de Indústria e Comércio**
- ✓ **Marlise Rosane Wojtiok - Secretária de Saúde**

## **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

**4.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;
- 5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5.** O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens,



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

**5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

**7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**8.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**8.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**8.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 22, § 2º, do Decreto Municipal nº 027/2024; ou

**8.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**8.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**8.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**8.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**8.4.1.** Por razão de interesse público;

**8.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**8.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 22 e 23 do Decreto Municipal nº 027/2024.

## 9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

**9.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**9.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**9.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**9.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.6.** O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**9.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

**9.8.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**9.9.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- conta bancária para pagamento;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.11.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**9.12.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.13.** A Administração deverá realizar consulta *on-line* ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**9.14.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

**9.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao sistema.

## **Prazo de pagamento**

**9.18.** Os prazos para liquidação e pagamento são os que seguem:

**9.18.1.** 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, bem como daqueles previstos expressamente em edital ou instrumento contratual;

**9.18.2.** 20 (vinte) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

**9.19.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

**9.20.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

**9.21.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.22.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.22.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.23.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 10.11. Caso haja garantia, serão notificados os seus emitentes quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 10.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.13. Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do objeto solicitado, sendo que ele atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho.
- 10.14. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 10.15. Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 10.16. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 10.17. Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 10.18. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 10.19. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 10.20. Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de entrega e/ou instalação do objeto solicitado.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 11.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 11.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 11.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 11.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 11.17.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 11.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.20.** Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, de acordo com o Art. 92, XVI, da Lei 14.333/21, informando a Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 11.21.** Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 11.22.** Prestar os serviços, com pontualidade e nos locais específicos determinados pela Contratante, bem como atender as demais condições do Edital.
- 11.23.** Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 11.24.** Considerar que a unidade e a qualidade, são pré-requisitos para o recebimento do item solicitado.
- 11.25.** Comunicar a CONTRATANTE imediatamente a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.
- 11.26.** Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o Art. 120 da Lei n.º 14.333/21.
- 11.27.** Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, contratação de pessoal, veículos (transporte) e demais encargos pertinentes ao fornecimento, serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 11.28.** As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato.
- 11.29.** Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 11.30.** Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:
- 11.31.** Todos os modelos e imagens de serão disponibilizados junto a ordem de compra para referência no momento da Confecção.
- 11.32.** Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como, fretes, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.
- 11.33.** Todo produto/serviço que apresente má qualidade, avarias, que não for novo e sem uso, ou que não atenda as especificações do edital deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor.
- 11.34.** Só serão aceitas entregas completas, conforme descrito na ordem de compras.
- 11.35.** Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue/serviço prestado for diferente que o constante na nota fiscal ou na ordem de serviço todos os objetos serão recusados até a perfeita regularização por parte da empresa vencedora.
- 11.36.** O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo Fiscal de Contratos da Secretaria solicitante, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do(s) produto(s) o mesmo deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.

**11.37.** Todas as hipóteses de irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.

**11.38.** O licitante vencedor arcará com todos os custos necessários para o perfeito fornecimento do objeto outras despesas relativas a confecção dos uniformes, descritos no objeto desta licitação, bem como as despesas de pessoal, sem custos adicionais para o município.

**Para os itens confecções:**

**11.39.** A empresa vencedora do certame quanto ao fornecimento dos uniformes e figurinos deverá, quando solicitada, entregar ao Fiscal de Contrato da Administração amostras dos tecidos (em tamanho mínimo de 10x10cm) com os quais serão confeccionados cada um dos lotes, cada qual com a respectiva ficha de composição e gramatura para acareação entre o solicitado em edital e o que a empresa julga atender o item. Podendo a Administração solicitar alterações e/ou melhores esclarecimentos de forma a obter o material mais próximo do descrito.

**11.40.** Para garantir a integridade das costuras deve-se utilizar o ponto cadeia nas junções e as barras devem ter 2,5cm com costuras paralelas e todos pespontos feitos na cor do tecido. Os côses das calças devem ter 5,5 cm de largura e possuir sete passantes para cinta.

**11.41.** A confecção será autorizada pela administração municipal, de acordo com as necessidades de cada secretaria, podendo ser solicitado uniforme para somente um ou mais servidores da secretaria requerente. A contratada poderá, antes da confecção, juntamente com o Fiscal de Contratos da Administração, acertar pequenos detalhes que por ventura não fiquem claros no modelo ilustrativo ou na descrição, como a forma de aplicação dos detalhes, viés, filetes, penses, etc., para utilizar na fabricação do que lhe for solicitado.

**11.42.** As medições/provas dos tamanhos deverão ser realizadas individualmente, na secretaria solicitante ou no endereço da empresa, por profissional designado dos licitantes vencedores, não havendo possibilidade de um servidor municipal anotar as provas, pois este somente irá passar à contratada uma lista dos nomes para os quais foram pedidos determinado tipo de uniforme.

**11.43.** Cabe ressaltar que há diferentes cargas horárias e jornadas de trabalho, portando a licitante deve programar com cada secretaria o melhor horário para encontrar os servidores em serviço ou para solicitar que estes se dirijam à sede da empresa.

**11.44.** A contratada obriga-se a realizar ao menos uma prova de tamanhos padronizados e/ou medição para determinação de tamanho e para anotar as particularidades como comprimento de mangas, pernas, tronco, etc. e responsabiliza-se pelo ajuste dos uniformes de forma individual e personalizada para cada servidor sem custos adicionais para o município. Somente os uniformes de estagiários serão solicitados por tamanho padronizados do PP ao EXG.

**11.45.** Quando da entrega o servidor deve provar e verificar se suas particularidades foram atendidas, se ainda faltar algum ajuste, por exemplo: comprimento das mangas, este deve informar a necessidade à contratada e aguardar a correção, caso o ajuste não seja feito este deve informar o ocorrido ao Fiscal de Contrato que tomará as providências cabíveis.

**11.46.** Cada servidor pode solicitar alterações do tamanho padrão para atender suas especificidades, como no comprimento das camisetas, jalecos, mangas longas e calça. Não é permitido realizar alterações que possam desfigurar o item, como remoção ou inclusão de bolsos, tipos de côs, de tecido e cores.

**11.47.** Quanto aos uniformes escolares: a empresa fornecedora deverá dispor de "Amostra de modelo" estas deverão seguir o tamanho padronizado utilizado pela empresa, as amostras ou modelos deverão ser disponibilizadas às secretarias solicitantes para fins de prova ou comparativo no ato do pedido e deverão contemplar toda a numeração licitada. Os mesmos deverão ser confeccionados seguindo os padrões de



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

tamanhos descritos nos itens, sendo que é de responsabilidade da secretaria solicitante fornecer em anexo a ordem de compras a listagem com a classificação do quantitativo por tamanho a ser solicitado.

**11.48.** Todas as mercadorias que demandem de inserção de artes personalizadas, devem ter as artes previamente aprovadas pela Secretaria solicitante.

**11.49.** Uma vez requeridas as mercadorias, as mesmas deverão ser entregues à secretaria solicitante em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da ordem de compras.

## Condições de entrega

**11.50.** O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) recebimento da ordem de compra.

**11.51.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com ao menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**11.52.** Os bens deverão ser entregues no endereço informado na ordem de compra e de acordo com a necessidade de cada secretaria solicitante.

**11.53.** Por se tratar de ata de registros de preços os pedidos poderão ser realizados ao decorrer da vigência da ata e de acordo com a necessidade da secretaria solicitante.

## 12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### iv) **Multa:**

- v) moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- vi) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- vii) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**12.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**12.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**12.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**12.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## 13. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores.

Pato Bragado – PR, aos XX dias do mês de XXXXXXXXXXXX de 2024.

**MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE**

XXXXXXXX

**XXXXXXXX – CONTRATADO**

XXXXXXXX



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## ANEXO 7

### MINUTA DO CONTRATO

**MINUTA DO CONTRATO Nº xxx/xxxx  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º ...../ XXXX.**

Contrato de Fornecimento que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO** e a empresa ....., nos termos da Lei nº 14.133/2021 e na forma abaixo:

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.472/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito, o senhor **JOHN JEFERSON WEBER NODARI**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº 8.678.797-0 e do CPF nº 056.669.419-09, residente e domiciliado na Rua Planalto, nº 1371, Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, e

**CONTRATADA:** ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº ....., estabelecida na ....., CEP ....., Neste ato representada por seu ....., Senhor ....., portador da Cédula de Identidade nº..... e do CPF/MF nº ....., residente e domiciliado na ....., CEP ....., acordam e ajustam o presente contrato, nos termos da Lei N.º 14.133/2021 e legislação pertinente, Licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º ...../ XXXX.** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, observações e responsabilidades das partes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... (.....) meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 3.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 3.3.** As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.4.** O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 3.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 3.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 3.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 3.8.** O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 3.9.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 3.10.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 3.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 3.12.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 3.13.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 3.14.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 3.15.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 3.16.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**3.17.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**3.18.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**3.19.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**3.20.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**3.21.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

**6.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**6.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**6.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**6.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**6.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**6.6.** O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**6.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

**6.8.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**6.9.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- ✓ o prazo de validade;
- ✓ a data da emissão;
- ✓ os dados do contrato e do órgão contratante;
- ✓ o período respectivo de execução do contrato;
- ✓ o valor a pagar; e
- ✓ eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.11.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**6.12.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.13.** A Administração deverá realizar consulta *on-line* ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.14.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

**6.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao sistema.

## Prazo de pagamento

**6.18.** O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**6.19.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

**6.20.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

**6.21.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.22.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.23.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.24.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

**7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.11. Caso haja garantia, serão notificados os seus emitentes quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.13. Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do objeto solicitado, sendo que ele atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho.
- 8.14. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 8.15. Notificar formal e tempestivamente a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 8.16. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 8.17. Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 8.18. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 8.19. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 8.20. Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais de entrega e/ou instalação do objeto solicitado.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

- 9.20.** Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, de acordo com o Art. 92, XVI, da Lei 14.333/21, informando a Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 9.21.** Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.
- 9.22.** Prestar os serviços, com pontualidade e nos locais específicos determinados pela Contratante, bem como atender as demais condições do Edital.
- 9.23.** Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações do Edital e da proposta de preço apresentada, ao qual se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 9.24.** Considerar que a unidade e a qualidade, são pré-requisitos para o recebimento do item solicitado.
- 9.25.** Comunicar a CONTRATANTE imediatamente a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto da Licitação.
- 9.26.** Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante, de acordo com o Art. 120 da Lei n.º 14.333/21.
- 9.27.** Todas as despesas decorrentes da execução do objeto, contratação de pessoal, veículos (transporte) e demais encargos pertinentes ao fornecimento, serão de total responsabilidade da CONTRATADA.
- 9.28.** As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato.
- 9.29.** Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 9.30.** Além das naturalmente decorrentes do presente Contrato e daquelas previstas no Edital do presente procedimento licitatório, constituem obrigações da CONTRATADA:
- 9.31.** Todos os modelos e imagens de serão disponibilizados junto a ordem de compra para referência no momento da Confecção.
- 9.32.** Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento como, fretes, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários, bem como qualquer custo relacionado a perfeita entrega.
- 9.33.** Todo produto/serviço que apresente má qualidade, avarias, que não for novo e sem uso, ou que não atenda as especificações do edital deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor.
- 9.34.** Só serão aceitas entregas completas, conforme descrito na ordem de compras.
- 9.35.** Se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue/serviço prestado for diferente que o constante na nota fiscal ou na ordem de serviço todos os objetos serão recusados até a perfeita regularização por parte da empresa vencedora.
- 9.36.** O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo Fiscal de Contratos da Secretaria solicitante, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do(s) produto(s) o mesmo deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 3 (três) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente, e aplicação de multa de 10% sobre o valor do produto entregue de forma irregular.
- 9.37.** Todas as hipóteses de irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**9.38.** O licitante vencedor arcará com todos os custos necessários para o perfeito fornecimento do objeto outras despesas relativas a confecção dos uniformes, descritos no objeto desta licitação, bem como as despesas de pessoal, sem custos adicionais para o município.

**Para os itens confecções:**

**9.39.** A empresa vencedora do certame quanto ao fornecimento dos uniformes e figurinos deverá, quando solicitada, entregar ao Fiscal de Contrato da Administração amostras dos tecidos (em tamanho mínimo de 10x10cm) com os quais serão confeccionados cada um dos lotes, cada qual com a respectiva ficha de composição e gramatura para acareação entre o solicitado em edital e o que a empresa julga atender o item. Podendo a Administração solicitar alterações e/ou melhores esclarecimentos de forma a obter o material mais próximo do descrito.

**9.40.** Para garantir a integridade das costuras deve-se utilizar o ponto cadeia nas junções e as barras devem ter 2,5cm com costuras paralelas e todos pespontos feitos na cor do tecido. Os côses das calças devem ter 5,5 cm de largura e possuir sete passantes para cinta.

**9.41.** A confecção será autorizada pela administração municipal, de acordo com as necessidades de cada secretaria, podendo ser solicitado uniforme para somente um ou mais servidores da secretaria requerente. A contratada poderá, antes da confecção, juntamente com o Fiscal de Contratos da Administração, acertar pequenos detalhes que por ventura não fiquem claros no modelo ilustrativo ou na descrição, como a forma de aplicação dos detalhes, viés, filetes, penses, etc., para utilizar na fabricação do que lhe for solicitado.

**9.42.** As medições/provas dos tamanhos deverão ser realizadas individualmente, na secretaria solicitante ou no endereço da empresa, por profissional designado dos licitantes vencedores, não havendo possibilidade de um servidor municipal anotar as provas, pois este somente irá passar à contratada uma lista dos nomes para os quais foram pedidos determinado tipo de uniforme.

**9.43.** Cabe ressaltar que há diferentes cargas horárias e jornadas de trabalho, portando a licitante deve programar com cada secretaria o melhor horário para encontrar os servidores em serviço ou para solicitar que estes se dirijam à sede da empresa.

**9.44.** A contratada obriga-se a realizar ao menos uma prova de tamanhos padronizados e/ou medição para determinação de tamanho e para anotar as particularidades como comprimento de mangas, pernas, tronco, etc. e responsabiliza-se pelo ajuste dos uniformes de forma individual e personalizada para cada servidor sem custos adicionais para o município. Somente os uniformes de estagiários serão solicitados por tamanho padronizados do PP ao EXG.

**9.45.** Quando da entrega o servidor deve provar e verificar se suas particularidades foram atendidas, se ainda faltar algum ajuste, por exemplo: comprimento das mangas, este deve informar a necessidade à contratada e aguardar a correção, caso o ajuste não seja feito este deve informar o ocorrido ao Fiscal de Contrato que tomará as providências cabíveis.

**9.46.** Cada servidor pode solicitar alterações do tamanho padrão para atender suas especificidades, como no comprimento das camisetas, jalecos, mangas longas e calça. Não é permitido realizar alterações que possam desfigurar o item, como remoção ou inclusão de bolsos, tipos de côs, de tecido e cores.

**9.47.** Quanto aos uniformes escolares: a empresa fornecedora deverá dispor de "Amostra de modelo" estas deverão seguir o tamanho padronizado utilizado pela empresa, as amostras ou modelos deverão ser disponibilizadas às secretarias solicitantes para fins de prova ou comparativo no ato do pedido e deverão contemplar toda a numeração licitada. Os mesmos deverão ser confeccionados seguindo os padrões de tamanhos descritos nos itens, sendo que é de responsabilidade da secretaria solicitante fornecer em anexo a ordem de compras a listagem com a classificação do quantitativo por tamanho a ser solicitado.

**9.48.** Todas as mercadorias que demandem de inserção de artes personalizadas, devem ter as artes previamente aprovadas pela Secretaria solicitante.



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**9.49.** Uma vez requeridas as mercadorias, as mesmas deverão ser entregues à secretaria solicitante em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da ordem de compras.

## **Condições de entrega**

**9.51.** O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) recebimento da ordem de compra.

**9.52.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com ao menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**9.53.** Os bens deverão ser entregues no endereço informado na ordem de compra e de acordo com a necessidade de cada secretaria solicitante.

**9.54.** Por se tratar de ata de registros de preços os pedidos poderão ser realizados ao decorrer da vigência da ata e de acordo com a necessidade da secretaria solicitante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- i) der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) der causa à inexecução total do contrato;
- l) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- viii) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ix) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- x) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- xi) **Multa:**
  - xii) moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - xiii) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - xiv) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

**11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para o Contratante;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**11.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**11.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**11.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**11.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.2.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 12.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.5.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 12.5.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.5.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 12.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.6.3.** Indenizações e multas.
- 12.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FISCALIZAÇÃO

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação	Órgão	Unidade	Funcional	Ação	Elemento - Código	Elemento - Descrição	Vínculo
21	2	1	0004.0122.1050	2002	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
65	2	4	0004.0122.1050	2005	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
116	2	5	0004.0123.1050	2009	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
168	2	6	0004.0121.1050	2010	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
209	2	7	0012.0361.1150	2012	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
236	2	7	0012.0361.1150	2013	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
328	2	7	0012.0365.1150	2017	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

358	2	8	0013.0392.1200	2022	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
398	2	9	0027.0812.1250	2024	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
438	2	10	0015.0452.1350	2026	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
569	2	11	0008.0244.1450	2049	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
618	2	12	0020.0606.1500	2057	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
654	2	13	0022.0661.1550	2061	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
726	2	14	0010.0301.1400	2034	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505
973	2	18	0008.0241.1450	2050	3339030230000000000	Material de uniformes, tecidos e aviamentos	505

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. A fiscalização ficará à cargo do(s) seguinte(s) fiscal(is):

- ✓ **Claudia Cristiane Kirsten – Secretária de Administração**
- ✓ **Joyce Catharine Hoppe – Secretária de Finanças e Gabinete**
- ✓ **Claudia Soerensen Mendes – Secretária de Educação e Cultura**
- ✓ **Debora A. Thomas – Secretária de Esportes**
- ✓ **Marcos Bamberg Zibetti – Secretária de Obras, Viação e Urbanismo**
- ✓ **Susane P. Martins – Secretária de Assistência Social**
- ✓ **Claudete L. Scaravonatto – Secretária de Agricultura**
- ✓ **Gilson Leske – Secretária de Indústria e Comercio**
- ✓ **Marlise Rosane Wojtiok - Secretária de Saúde**

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na



# Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

Pato Bragado – PR, aos XX dias do mês de XXXXXXXXXXXX de 2024.

**MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO - CONTRATANTE**  
XXXXXXXX

**XXXXXXXX – CONTRATADO**  
XXXXXXXX